



MANUAL DE PARTICIPAÇÃO E PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
29 DE ABRIL DE 2022
11:00 HORAS

MÉLIUZ S.A.
Companhia Aberta – Código CVM nº 2523-2
CNPJ/ME 14.110.585/0001-07

ÍNDICE DO MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	4
2. INSTRUÇÕES E PROCEDIMENTOS RELATIVOS ÀS ASSEMBLEIAS GERAIS	5
2.1. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	5
2.2. INSTALAÇÃO	5
2.3. QUÓRUM DE DELIBERAÇÃO	5
2.4. PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NA AGOE	5
2.4.1. VOTAÇÃO À DISTÂNCIA	6
2.4.2. PARTICIPAÇÃO REMOTA NA ASSEMBLEIA GERAL POR MEIO DE SISTEMA ELETRÔNICO	9
2.5. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS	12
2.5.1. PROCURAÇÃO	12
2.5.2. ESCLARECIMENTOS GERAIS SOBRE OS DOCUMENTOS ACIMA LISTADOS	13
2.5.3. ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS	13
2.6. CONFLITO DE INTERESSES	14
3. CÓPIA FIEL DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO:	15
4. PROPOSTAS DA ADMINISTRAÇÃO A SEREM DELIBERADAS NAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA	18
4.1. EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:	18
4.1.1. TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA, ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES, REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	18
4.1.2. DELIBERAR ACERCA DA PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO RELATIVO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	19
4.1.3. FIXAR A REMUNERAÇÃO GLOBAL ANUAL DOS ADMINISTRADORES DA COMPANHIA REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2022	20
4.1.4. PERÍODO A QUE SE REFERE A PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO:	20
4.1.5. COMENTÁRIOS SOBRE OS VALORES APROVADOS NA PROPOSTA DE ADMINISTRAÇÃO EM 2021 E OS VALORES REFERENTES À REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES EFETIVAMENTE REALIZADOS EM 2021:	20
4.1.6. COMENTÁRIOS SOBRE EVENTUAIS DIFERENÇAS ENTRE OS VALORES DA PROPOSTA PARA 2022 E OS DA PROPOSTA PARA 2021 E OS COMENTÁRIOS CONSTANTES DO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA:	21
4.2. EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:	22
4.2.1. DELIBERAR SOBRE O AUMENTO DO NÚMERO DE MEMBROS QUE ATUALMENTE COMPÕEM O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA, DE 7 (SETE) MEMBROS PARA 8 (OITO) MEMBROS	22

4.2.2. ELEGER 1 (UM) MEMBRO PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA, POR PRAZO DE MANDATO UNIFICADO AO DOS DE MAIS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, ATÉ 1º DE SETEMBRO DE 2022..... 22

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....24

ANEXO I25

ANEXO II66

ANEXO III108

ANEXO IV110

1. Mensagem do Conselho de Administração

Senhores Acionistas,

É com muita satisfação que convidamos V.Sas. a participarem das **Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária** da Méliuz S.A. (“Companhia”), a serem realizadas, cumulativamente, em **29 de abril de 2022, às 11:00 horas** (“AGOE”), **por meio exclusivamente digital**, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 481, de 17 de dezembro de 2009 conforme alterada (“Instrução CVM 481”).

As matérias a serem deliberadas na AGOE estão descritas no Edital de Convocação e neste Manual de Participação e Proposta da Administração para Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária (“Manual”).

Esperamos que este Manual lhes seja útil para o esclarecimento de suas eventuais dúvidas a respeito da AGOE, bem como possibilite uma tomada de decisão informada.

A participação de V.Sas. na AGOE e o seu voto são de fundamental importância para a Companhia. Contamos com a sua presença, aproveitando para apresentar nossa consideração e apreço.

Cordialmente,

Ofli Campos Guimarães

Presidente do Conselho de Administração

2. Instruções e Procedimentos Relativos às Assembleias Gerais

2.1. Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

A Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) consiste na reunião anual dos acionistas da Companhia, realizada nos primeiros 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, conforme determinado pelo Artigo 132 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei 6.404/76”) e tem por principais finalidades: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) eleger os administradores da Companhia, quando for o caso; e (iv) deliberar sobre a fixação da remuneração global anual para os integrantes da administração da Companhia.

A Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), por sua vez, consiste na reunião dos acionistas da Companhia realizada sempre que se faz necessária a apreciação pelos acionistas de assuntos que, na forma da Lei 6.404/76 ou do Estatuto Social da Companhia, necessitam de aprovação expressa dos acionistas e/ou cuja deliberação é de sua competência exclusiva.

Em ocasiões em que ambas as Assembleias acima mencionadas são necessárias, a Lei 6.404/76 permite que ambas sejam cumulativamente convocadas para o mesmo local, data e horário, bem como que sejam lavradas em uma única ata, realizando-se, assim, uma Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.

2.2. Instalação

Nos termos do Artigo 27, § 6º, do Estatuto Social da Companhia, para instalação da Assembleia Geral em primeira convocação é necessária a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social votante da Companhia.

Caso não se atinja os quórum acima, proceder-se-á à nova convocação, com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência, nos termos do Artigo 124, §1º, inciso II, da Lei 6.404/76, após a qual, as Assembleias Gerais serão instaladas mediante a presença de qualquer número de acionistas.

2.3. Quórum de Deliberação

Nos termos do Artigo 129 da Lei 6.404/76, as deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

2.4. Participação dos Acionistas na AGOE

Conforme autorizado pelo §3º do Artigo 21-C da Instrução CVM 481, a AGOE será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual os Acionistas poderão participar da AGOE:

- votando virtualmente, por meio da plataforma digital Zoom (“Plataforma Digital”); ou

- por meio de votação à distância, mediante o envio de Boletim de Voto a Distância (“Boletim de Voto”).

2.4.1. Votação à Distância

Conforme estabelecido nos artigos 21-A e seguintes da Instrução CVM 481, os Acionistas da Companhia poderão enviar, a partir desta data, suas instruções de voto para as matérias da Ordem do Dia da AGOE, por meio do preenchimento e apresentação do Boletim de Voto. Deverá ser preenchido um Boletim de Voto para a AGO e um Boletim de Voto para a AGE, de forma segregada.

O conteúdo dos Boletins de Voto para a AGO e para a AGE encontram-se disponíveis (i) na página de Relações com Investidores da Companhia na rede mundial de computadores (www.ri.meliuz.com.br), (ii) na página da CVM na rede mundial de computadores (www.cvm.gov.br); e (iii) na página da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão na rede mundial de computadores (www.b3.com.br).

O Acionista que optar por exercer o seu direito de voto por meio do Boletim de Voto deverá fazê-lo por meio de uma das seguintes opções:

1. por instruções de preenchimento transmitidas para os seus agentes de custódia que prestem esse serviço (“Agente de Custódia”), no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou
2. por instruções de preenchimento transmitidas para o escriturador das ações de emissão da Companhia, Itaú Corretora de Valores S.A. (“Agente Escriturador”), no caso de acionistas titulares de ações depositadas no escriturador; ou
3. pelo envio de boletim de voto a distância para participação na AGO diretamente à Companhia para o e-mail ri@meliuz.com.br; ou
4. pelo envio de boletim de voto a distância para participação na AGE diretamente à Companhia para o e-mail ri@meliuz.com.br.

Esclarecemos que as versões do Boletim de Voto para a participação encontram-se disponíveis na (i) página de Relações com Investidores da Companhia na rede mundial de computadores (www.ri.meliuz.com.br); (ii) na página da CVM na rede mundial de computadores (www.cvm.gov.br); e (iii) na página da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão na rede mundial de computadores (www.b3.com.br). Deverá ser preenchido um Boletim de Voto para a AGO e um Boletim de Voto para a AGE, de forma segregada.

Durante o prazo de votação, o Acionista poderá alterar seus votos enviados via Boletim de Voto quantas vezes entender necessário, de modo que será considerada no mapa de votação da Companhia os votos constantes no último Boletim de Voto apresentado.

Uma vez encerrado o prazo de votação, o Acionista não poderá alterar os votos já enviados via Boletim de Voto. Caso o Acionista julgue que a alteração seja necessária, esse deverá participar da AGOE, por meio da Plataforma Digital, e solicitar que os votos enviados via Boletim de Voto sejam desconsiderados.

2.4.1.1. Envio de boletins pelo acionista por intermédio de prestadores de serviços

O Acionista que optar por exercer o seu direito de voto via Boletim por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir os seus votos a seus respectivos agentes de custódia ou ao escriturador das ações de emissão da Companhia, observadas as regras por esses determinadas.

Para tanto, os Acionistas deverão entrar em contato com os seus Agentes de Custódia ou com o Agente Escriturador e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão dos votos via Boletim de Voto, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal, observado que:

- (a) Acionistas com posição acionária em livro escritural: podem exercer o voto à distância por intermédio do Agente Escriturador. As instruções de voto deverão ser realizadas através do site Itaú Assembleia Digital. Para votar pelo site é necessário realizar um cadastro e possuir um certificado digital. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no site:

<https://assembleiadigital.certificadodigital.com/itausecuritiesservices/artigo/home/assembleia-digital>.

Em caso de dúvidas, consulte nossas perguntas frequentes:

<https://assembleiadigital.certificadodigital.com/itausecuritiesservices/artigo/atendimento/perguntas-frequentes> ou entre em contato com o atendimento ao acionista pelos nossos telefones:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar - São Paulo

Atendimento a acionistas: 3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas); 0800 7209285 (demais localidades).

O horário de atendimento é em dias úteis das 9h às 18h.

Email: atendimentoescrituracao@itau-unibanco.com.br

- (b) Acionistas com posição acionária em instituição custodiante/ corretora: deverão verificar os procedimentos para votar com a instituição custodiante da ação. Cabe salientar que nos termos do §4º do Artigo 21-B da Instrução CVM 481, os Agentes de Custódia podem, mas não são obrigados a receber os Boletins de Voto dos acionistas da Companhia. Em razão disso, é recomendado aos acionistas que verifiquem junto ao respectivo Agente de Custódia se ele prestará tal serviço, bem como seus custos e procedimentos. Nos casos em que o Agente de Custódia opte por receber os Boletins de Voto, os Acionistas da Companhia poderão, também, a seu exclusivo critério, encaminhar o Boletim de Voto diretamente a tais agentes.
- (c) Acionistas com ações custodiadas em mais de uma instituição: (exemplo: parte da posição está custodiada nos livros do escriturador e outra parte com um custodiante, ou ações estão custodiadas em mais de uma instituição custodiante, basta enviar a instrução de voto para apenas uma instituição, o voto será sempre considerado pela quantidade total de ações do acionista.

Nos termos da Instrução CVM 481, o Acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento dos Boletins de Voto para seus Agentes de Custódia ou para o escriturador em até 7 dias antes da data de realização da Assembleia, ou seja, até 22/04/2022 (inclusive), salvo se prazo diverso for estabelecido por seus Agentes de Custódia ou pelo Agente Escriturador.

Os Agentes de Custódia encaminharão as manifestações de voto por eles recebidas à Central Depositária da B3 que, por sua vez, gerará um mapa de votação a ser enviado ao escriturador da Companhia.

Conforme determinado pela Instrução CVM 481, a Central Depositária da B3, ao receber os votos dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais votos divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ. Adicionalmente, o escriturador, também em linha com a Instrução CVM 481, desconsiderará eventuais votos divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

2.4.1.2. Envio de boletins pelo acionista diretamente à Companhia

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto por meio de Boletim de Voto poderá, alternativamente, fazê-lo diretamente à Companhia, devendo, para tanto, encaminhar os seguintes documentos para a Diretoria de Relações com Investidores por meio do e-mail ri@meliuz.com.br:

- (a) via digitalizada do Boletim de Voto para participação na AGO divulgado nos sites da Companhia, da CVM e da B3, devidamente preenchido, devendo estar (i) rubricado e assinado de próprio punho (não sendo necessário o reconhecimento de firma em cartório), ou (ii) assinado digitalmente por meio do certificado digital emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, acompanhado da via digitalizada dos documentos descritos no item 2.5 abaixo, conforme o caso; e/ou
- (b) via digitalizada do Boletim de Voto para participação na AGE divulgado nos sites da Companhia, da CVM e da B3, devidamente preenchido, devendo estar (i) rubricado e assinado de próprio punho (não sendo necessário o reconhecimento de firma em cartório), ou (ii) assinado digitalmente por meio do certificado digital emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, acompanhado da via digitalizada dos documentos descritos no item 2.5 abaixo, conforme o caso.

Uma vez recebidos os documentos acima, a Companhia avisará ao Acionista acerca de seu recebimento e de sua aceitação ou não, nos termos da Instrução CVM 481.

Caso qualquer dos Boletins de Voto seja eventualmente encaminhado diretamente à Companhia, e não esteja integralmente preenchido ou não venha acompanhado dos documentos comprobatórios mencionados no item 2.5 abaixo, este será desconsiderado e tal informação será enviada ao acionista por meio do endereço eletrônico indicado no Boletim de Voto.

Caso haja divergência entre eventual Boletim de Voto recebido diretamente pela Companhia e instrução de voto contida no mapa consolidado de votação enviado pelo escriturador com relação a um mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ, o voto contido no mapa de votação do escriturador prevalecerá, ocasião em que o Boletim de Voto recebido diretamente pela Companhia será desconsiderado.

O Boletim de Voto e os documentos exigidos para sua validação deverão ser enviados para a Companhia em até 7 dias antes da data da AGOE, ou seja, até 22/04/2022 (inclusive). Esta data refere-se ao recebimento dos boletins e não à sua postagem. Se recebidos após o dia indicado para as respectivas formas de entrega, os votos não serão computados.

Após o encerramento do prazo para envio, reenvio e/ou retificação do Boletim de Voto, caso ainda existam itens não preenchidos dos Boletins de Voto apresentados, a Companhia informa que considerará tais itens como instrução equivalente à abstenção de voto em relação as respectivas matérias.

2.4.2. Participação Remota na Assembleia Geral por meio de Sistema Eletrônico

Os Acionistas poderão, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído nos termos do artigo 21-C, §§2º e 3º da Instrução CVM 481, participar virtualmente da AGOE por meio da Plataforma Digital Zoom.

Nesse caso, o Acionista poderá: (i) simplesmente participar da AGOE, tenha ou não enviado o Boletim de Voto; ou (ii) participar e votar na AGOE, observando-se que, quanto ao Acionista que já tenha enviado o Boletim de Voto e que, caso queira, vote na AGOE, todas as instruções de voto do referido Acionista recebidas por meio de Boletim de Voto, devem ser desconsideradas.

Sem prejuízo da possibilidade de participar e votar na AGOE por meio da Plataforma Digital, conforme instruções contidas neste Manual, a Companhia recomenda aos seus acionistas que utilizem e seja dada preferência ao Boletim de Voto para fins de participação na AGOE, evitando que problemas decorrentes de equipamentos de informática ou de conexão à rede mundial de computadores dos acionistas prejudiquem o exercício do seu direito de voto na AGOE.

2.4.2.1. Credenciamento

Para participarem virtualmente da AGOE por meio da Plataforma Digital, os Acionistas deverão enviar solicitação à Companhia neste sentido, para o endereço eletrônico ri@meliuz.com.br, até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGOE (isto é, até às 11:00 horas do dia 27/04/2022). A solicitação deverá estar acompanhada da identificação do Acionista e, se for o caso, de seu representante legal ou procurador constituído que comparecerá à AGOE, incluindo os nomes completos e o CPF ou CNPJ (conforme o caso), além de e-mail e telefone para contato, bem como os documentos necessários para a sua participação, conforme descritos no item 2.5 deste Manual.

Visando à segurança da AGOE, o acesso ao sistema eletrônico será restrito aos Acionistas da Companhia que se credenciarem no prazo previsto (isto é, até às 11:00 horas do dia 27/04/2022), nos termos deste

Manual. Dessa forma, caso os Acionistas não enviem a solicitação de cadastramento no prazo acima referido, não será possível que a Companhia garanta a participação de tais Acionistas remotamente na AGOE.

Após recebida a solicitação e verificados, de forma satisfatória, os documentos apresentados, será enviado para o e-mail informado ou, em sua ausência, para o e-mail solicitante, o link e as instruções de acesso à Plataforma Digital, sendo remetido apenas um convite individual por solicitante.

Caso o Acionista que tenha solicitado devidamente sua participação, não receba o e-mail com as instruções para acesso e participação na AGOE com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da sua realização (ou seja, até às 11:00 horas do dia 28/04/2022), deverá entrar em contato com a Companhia pelo e-mail ri@meliuz.com.br, antes das 18:00 horas do dia 28/04/2022, a fim de que lhe sejam reenviadas as suas respectivas instruções para acesso.

O link e as instruções a serem enviados pela Companhia são pessoais e intransferíveis, e não poderão ser compartilhados com terceiros, sob pena de responsabilização do Acionista. Dessa forma, os Acionistas se comprometem a: (a) utilizar os convites individuais única e exclusivamente para o acompanhamento remoto da AGOE; (b) não transferir ou divulgar, no todo ou em parte, os convites individuais a qualquer terceiro, acionista ou não, sendo o convite intransferível; e (c) não gravar ou reproduzir, no todo ou em parte, nem tampouco transferir, a qualquer terceiro, acionista ou não, o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização da AGOE.

2.4.2.2. Presença

A Companhia ressalta que apenas será considerado presente à AGOE o Acionista que realizar o credenciamento nos termos e prazos do item 2.4.1.1 acima e ingressar no sistema Zoom na data da AGOE, até o momento da abertura dos trabalhos (“Acionista Presente”).

A plataforma Zoom atende aos requisitos previstos no §1º do artigo 21-C da Instrução CVM 481, conforme alterada, quais sejam: (a) a possibilidade de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a AGOE que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (b) a gravação integral da AGOE; e (c) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Além da possibilidade de assistir pelo computador, a plataforma Zoom também está disponível via app, para celulares Apple e Android, sendo necessário realizar o download do aplicativo.

Os requisitos técnicos para participação na AGOE são: (a) para participação por computador: (i) ter instalado navegador da web compatível com o Zoom; (ii) conexão de banda larga com a Internet; (iii) webcam integrada ou câmera USB externa, microfone e alto-falantes compatíveis com o Zoom; e (iv) processador mínimo e outros requisitos recomendados pelo fornecedor da plataforma; e (b) para participação por dispositivo móvel celular: (i) ter o aplicativo Zoom instalado; (ii) ter conexão de banda larga; e (iii) ter câmera, microfone e alto-falantes compatíveis com o Zoom.

Ressaltamos que ao acessar o link para a participação na AGOE, será necessário acionar a câmera do seu computador ou do seu dispositivo móvel, conforme o caso, sendo que, salvo se requeridos por um representante da Companhia, por qualquer motivo, a desligar sua funcionalidade de vídeo, os Acionistas Presentes deverão manter as suas câmeras em funcionamento durante todo o curso da AGOE. Os Acionistas Presentes deverão, ainda, em benefício da qualidade do som, manter os seus microfones desligados, acionando-os somente quando precisarem se manifestar oralmente.

Notamos que, para fins de otimização do tempo, o procedimento de votação adotado pela Companhia somente exigirá a manifestação oral dos acionistas para eventuais votos contrários ou abstenções, sendo que, caso haja dificuldades na comunicação do acionista por áudio, será aceita a manifestação de voto contrário ou de abstenção por meio do *chat*.

Com o objetivo de manter o bom andamento da AGOE, poderá ser estabelecido um tempo máximo para a manifestação de cada Acionista Presente. O Acionista Presente que quiser fazer uso da palavra para realizar manifestação sobre qualquer assunto não relacionado à Ordem do Dia da AGOE deve utilizar os canais usuais de contato com a Companhia, por meio da área de Relações com Investidores.

Os Acionistas Presentes, desde já, autorizam que a Companhia utilize quaisquer informações constantes da gravação da AGOE para registro da possibilidade de manifestação e visualização dos documentos apresentados durante a AGOE; registro da autenticidade e segurança das comunicações durante a AGOE; registro da presença e de voto proferido; cumprimento de ordem legal de autoridades competentes; e, defesa da Companhia, seus administradores e terceiros contratados, em qualquer esfera judicial, arbitral, regulatória ou administrativa.

A Companhia recomenda que os Acionistas façam testes e se familiarizem previamente com a ferramenta Zoom, e acessem o sistema eletrônico Zoom com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do início da AGOE a fim de evitar eventuais problemas operacionais com a sua utilização no dia da AGOE, bem como com o objetivo de permitir, de forma organizada, eficiente e tempestiva, a validação de acesso e a devida identificação do acionista por meio da apresentação de seu documento de identidade com foto via *webcam*.

A Companhia não se responsabiliza por problemas de conexão que os Acionistas venham a enfrentar e outras situações que não estejam sob o controle da Companhia, tais como instabilidade na conexão com a internet ou incompatibilidade do Zoom com o equipamento do Acionista.

Os Acionistas Presentes que participarem via Zoom serão considerados presentes à Assembleia e assinantes da respectiva ata, nos termos do artigo 21-V, §1, da Instrução CVM 481. Eventuais dúvidas ou esclarecimentos poderão ser dirimidas ou obtidos, conforme o caso, por meio de contato com a Diretoria de Relações com Investidores, por mensagem eletrônica para ri@meliuz.com.br.

2.5. Documentos Necessários

Para participação do acionista na AGOE será exigida a apresentação dos documentos relacionados a seguir, os quais deverão ser encaminhados para o email da Companhia (ri@meliuz.com.br): (i) até às 11:00 horas do dia 27/04/2022, no caso de participação via plataforma digital (Zoom), ou (ii) até o dia 22/04/2022 (inclusive), no caso de exercício do direito de voto mediante envio de boletim de voto a distância diretamente à Companhia (sendo que em caso de envio do boletim por intermédio de prestadores de serviços vide 2.4.1.1 acima):

Pessoa Física	<ul style="list-style-type: none"> • Documento de identidade válido com foto do acionista ou, se for o caso, documento de identidade válido com foto de seu procurador e a respectiva procuração. • Comprovante de titularidade das ações detidas pelo acionista emitido por central depositária ou pelo agente escriturador, com data máxima de 5 (cinco) dias anteriores à AGOE.
Pessoa Jurídica	<ul style="list-style-type: none"> • Último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários/procurações que comprovem a representação legal do acionista/procurador. • Documento de identidade válido com foto do representante legal/procurador. • Comprovante de titularidade das ações detidas pelo acionista emitido por central depositária ou pelo agente escriturador, com data máxima de 5 (cinco) dias anteriores à AGOE.
Fundo de Investimento	<ul style="list-style-type: none"> • Último regulamento consolidado do fundo (caso regulamento não contemple a política de voto do fundo, apresentar documento equivalente). • Estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação. • Documento de identidade válido com foto do representante legal. • Comprovante de titularidade das ações detidas pelo acionista emitido por central depositária ou pelo agente escriturador, com data máxima de 5 (cinco) dias anteriores à AGOE.

2.5.1. Procuração

O acionista pessoa física poderá ser representado, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei 6.404/76, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja (i) acionista, (ii) advogado, (iii) instituição financeira ou (iv) administrador da Companhia.

Para os acionistas que sejam pessoas jurídicas ou fundos de investimento, a Companhia não exigirá que o mandatário seja (i) acionista, (ii) advogado, (iii) instituição financeira ou (iv) administrador da Companhia, devendo tais acionistas serem representados na forma de seus documentos societários.

As procurações devem ser outorgadas da forma tradicional, devendo ser enviadas digitalmente à Companhia por meio do e-mail ri@meliuz.com.br e estar (i) rubricadas e assinadas de próprio punho (não sendo necessário o reconhecimento de firma em cartório), ou (ii) assinadas digitalmente por meio do certificado digital emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.

No Anexo IV deste Manual pode ser encontrado um modelo de procuração para mera referência dos acionistas da Companhia Sem prejuízo, os acionistas também estão autorizados a utilizar outros modelos de procuração diferentes do sugerido neste Manual, desde que de acordo com o disposto na Lei 6.404/76 e no Código Civil.

2.5.2. Esclarecimentos Gerais sobre os Documentos acima listados

(a) Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: (a) Carteira de Identidade Civil (RG); (b) Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) expedido pela Polícia Federal; (c) Passaporte; (d) Carteira de Órgão de Classe válida como identidade civil para os fins legais, expedida por órgão autorizado (OAB, CRM, CRC, CREA); e (e) Carteira Nacional de Habilitação com foto; observado, conforme aplicável, que o documento apresentado deverá, em qualquer hipótese, encontrar-se dentro do seu respectivo prazo de validade.

(b) A Companhia esclarece que, para esta AGOE dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para o escritório da Companhia, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos.

(c) Caso os documentos acima estejam em língua estrangeira, deverão ser vertidos para o Português por tradutor juramentado, observado que: (a) não será necessário o apostilamento, a notariação e a consularização dos mesmos e que (b) os documentos em Inglês e Espanhol também estão dispensados de tradução.

2.5.3. Esclarecimentos Adicionais

Em caso de dúvida com relação aos procedimentos acima, favor contatar:

Méliuz S.A.

A/C: Relações com Investidores

Sr. Luciano Cardoso Valle

E-mail: ri@meliuz.com.br

Assunto: Participação na AGOE

2.6. Conflito de Interesses

Durante a realização da AGOE, assim como ocorre nas reuniões dos órgãos de administração e fiscalização da Companhia, os Acionistas presentes deverão manifestar-se em razão da existência de eventual situação de conflito de interesses em quaisquer matérias em discussão ou deliberação, nas quais sua independência venha a ser comprometida. Também deverá manifestar-se qualquer Acionista presente que tenha conhecimento de situação conflituosa em relação a outro Acionista e a matéria objeto da deliberação. Quando manifestado o conflito de interesse, o Acionista conflitado deverá abster-se na deliberação em relação àquele assunto. Caso o Acionista conflitado se recuse de abster-se das deliberações, o presidente da AGOE deverá determinar a anulação dos votos conflitados proferidos, ainda que posteriormente ao conclave.

3. Cópia fiel do Edital de Convocação:

MÉLIUZ S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/ME nº 14.110.585/0001-07
NIRE 3130011265-9

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas (“Acionistas”) da **MÉLIUZ S.A.** (“Companhia”) a se reunirem nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária (“AGOE”), **sob a forma exclusivamente digital**, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei nº 6.404/76”) e da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“ICVM 481”), no dia **29 de abril de 2022, às 11:00 horas**, através de plataforma digital indicada no Manual de Participação e Proposta da Administração da Companhia (“Manual” e “Plataforma Digital”), respectivamente, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia (“Ordem do Dia”):

a) Em Assembleia Geral Ordinária:

- (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021;
- (ii) Deliberar acerca da proposta de destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; e
- (iii) Fixar a remuneração global anual dos Administradores da Companhia para o exercício social de 2022.

b) Em Assembleia Geral Extraordinária:

- (i) Deliberar sobre o aumento do número de membros que atualmente compõem o Conselho de Administração da Companhia, de 7 (sete) membros para 8 (oito) membros; e
- (ii) Eleger 1 (um) membro para o Conselho de Administração da Companhia, por prazo de mandato unificado ao dos demais membros do Conselho de Administração, até 1º de setembro de 2022.

INFORMAÇÕES GERAIS:

- **Documentos à Disposição dos Acionistas.** Os documentos pertinentes à Ordem do Dia a serem analisados ou discutidos na AGOE, incluindo este Edital de Convocação, o Manual (o qual inclui informações detalhadas sobre as matérias da Ordem do Dia bem como as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na AGOE), bem como aqueles exigidos nos termos do §6º do artigo 124, do artigo 133 e §3º do artigo 135 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 6º da ICVM 481, encontram-se

disponíveis aos Senhores Acionistas: (i) na página de Relações com Investidores da Companhia na rede mundial de computadores (www.ri.meliuz.com.br), bem como na sua sede social, (ii) na página da CVM na rede mundial de computadores (www.cvm.gov.br); (iii) na página da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão na rede mundial de computadores (www.b3.com.br).

- **Participação dos Acionistas na AGOE.** Conforme autorizado pelo §3º do Artigo 21-C da ICVM 481, a AGOE será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual os Acionistas poderão participar da AGOE: (a) votando virtualmente, por meio da Plataforma Digital; ou (b) votando a distância, por meio do envio de Boletim de Voto a Distância (“Boletim de Voto”).
- **Votação a Distância.** Os Acionistas poderão exercer o direito de voto por meio do envio do Boletim de Voto, **até 22 de abril de 2022 (inclusive)**: (a) ao escriturador das ações de emissão da Companhia, (b) aos seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou (c) diretamente à Companhia. Para informações adicionais, o Acionista deve observar as regras previstas na ICVM 481 e os procedimentos descritos no Manual.
- **Participação Via Plataforma Digital.** Os Acionistas poderão, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído nos termos do artigo 21-C, §§2º e 3º da ICVM 481, participar virtualmente da AGOE por meio da Plataforma Digital. Nesse caso, o Acionista poderá: (a) simplesmente participar da AGOE, tenha ou não enviado o Boletim de Voto; ou (b) participar e votar na AGOE, observando-se que, quanto ao Acionista que já tenha enviado o Boletim de Voto e que, caso queira, vote na AGOE, todas as instruções de voto do referido Acionista recebidas por meio de Boletim de Voto, devem ser desconsideradas.

Para participarem virtualmente da AGOE por meio da Plataforma Digital, os Acionistas deverão enviar solicitação à Companhia neste sentido, para o endereço eletrônico ri@meliuz.com.br, até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGOE (isto é, **até às 11:00 horas do dia 27 de abril de 2022**). A solicitação deverá estar acompanhada da identificação do Acionista e, se for o caso, de seu representante legal ou procurador constituído que comparecerá à AGOE, incluindo os nomes completos e o CPF ou CNPJ (conforme o caso), além de e-mail e telefone para contato, bem como os documentos necessários para a sua participação, conforme esclarecimentos no item 5 abaixo.

O acesso ao sistema eletrônico será restrito aos Senhores Acionistas da Companhia que se credenciarem no prazo previsto (isto é, **até às 11:00 horas do dia 27 de abril de 2022**), nos termos do Manual. Dessa forma, caso os Senhores Acionistas não enviem a solicitação de cadastramento no prazo acima referido, não será possível que a Companhia garanta a participação de tais acionistas remotamente na AGOE.

Após recebida a solicitação e verificados, de forma satisfatória, os documentos apresentados, será enviado para o e-mail informado ou, em sua ausência, para o email solicitante, o link e as instruções de acesso à Plataforma Digital, sendo remetido apenas um convite individual por solicitante.

Caso o Acionista que tenha solicitado devidamente sua participação não receba o e-mail com as instruções para acesso e participação na AGOE com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da sua realização (ou seja, **até às 11:00 horas do dia 28 de abril de 2022**), deverá entrar em contato com a Companhia pelo email ri@meliuz.com.br, **antes das 18:00 horas, do dia 28 de abril de 2022**, a fim de que lhe sejam reenviadas as suas respectivas instruções para acesso.

O link e as instruções a serem enviados pela Companhia são pessoais e intransferíveis, e não poderão ser compartilhados com terceiros, sob pena de responsabilização do Acionista.

A Companhia também solicita a tais acionistas que acessem a Plataforma Digital com, no mínimo, 30 minutos de antecedência em relação ao horário previsto para início da AGOE, a fim de permitir a validação do acesso e participação de todos os acionistas que dela se utilizem.

- **Documentos Necessários para a Participação.** O Acionista poderá participar diretamente ou por representante legal ou procurador devidamente constituído, sendo que as regras para outorga de procuração encontram-se detalhadas no Manual. Para orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a participação do Acionista (pessoa física, pessoa jurídica e fundos investimento) na AGOE, vide o Manual, o qual se encontra disponível (a) na página de Relações com Investidores da Companhia na rede mundial de computadores (www.ri.meliuz.com.br), bem como na sua sede social, (b) na página da CVM na rede mundial de computadores (www.cvm.gov.br); e (c) na página da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão na rede mundial de computadores (www.b3.com.br).
- **Informações Adicionais.** A Companhia não se responsabiliza por qualquer erro ou problema operacional ou de conexão que o Acionista venha a enfrentar, bem como por qualquer outra eventual questão que não esteja sob o controle da Companhia e que venha a dificultar ou impossibilitar a participação do Acionista na AGOE por meio da Plataforma Digital. Os Acionistas que solicitem sua participação por meio eletrônico deverão se familiarizar previamente com o uso da plataforma digital, bem como garantir a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da plataforma (por vídeo e áudio).

Sem prejuízo da possibilidade de participar e votar na AGOE, conforme instruções contidas neste Edital de Convocação e no Manual, a Companhia recomenda aos seus acionistas que utilizem e seja dada preferência ao Boletim de Voto para fins de participação na AGOE, evitando que problemas decorrentes de equipamentos de informática ou de conexão à rede mundial de computadores dos acionistas prejudiquem o exercício do seu direito de voto na AGOE.

Nos termos da Instrução da CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991, conforme alterada, o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção de voto múltiplo é de 5% (cinco por cento).

Belo Horizonte, 29 de março de 2022.

Ofli Campos Guimarães - Presidente do Conselho de Administração

4. Propostas da Administração a serem deliberadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

A Administração da Companhia vem apresentar aos Senhores Acionistas as propostas acerca dos temas a serem submetidos à sua apreciação na AGOE, conforme Edital de Convocação.

Antes de tratar especificamente sobre as matérias constantes na ordem do dia, a administração propõe aos Acionistas que autorizem que a Ata da AGOE seja lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, e que sua publicação seja realizada apenas com as assinaturas do Presidente e/ou Secretário da Mesa, sendo omitidas as assinaturas dos acionistas, conforme permitido pelo artigo 130, §1º e 2º da Lei 6.404/76.

4.1. Em Assembleia Geral Ordinária:

4.1.1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

Documentos Apresentados pela Administração da Companhia

Encontram-se à disposição dos Acionistas, na sede social da Companhia, no *website* da Companhia (www.ri.meliuz.com.br), bem como nos *websites* da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br), os seguintes documentos relativos a esse item da ordem do dia:

- (a) Relatório da Administração;
- (b) Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social de 2021;
- (c) Relatório dos Auditores Independentes;
- (d) Parecer do Comitê de Auditoria Não Estatutário relativo às Demonstrações Financeiras;
- (e) Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) de 2021;
- (f) Declaração dos Diretores Responsáveis por elaborar as Demonstrações Financeiras, nos termos da lei ou do Estatuto Social da Companhia, de que reviram, discutiram e concordam:
(a) com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, informando as razões, em caso de discordância, e (b) com as Demonstrações Financeiras;
- (g) Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos requeridos pelo artigo 9º, inciso III, da Instrução CVM 481, conforme Anexo I.

Aprovação pelo Conselho de Administração

Foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 28 de março de 2022, as contas dos administradores da Companhia, incluindo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e elaboradas de acordo com as disposições contidas na Lei 6.404/76.

Relatório da Administração

O Relatório da Administração contém informações de caráter financeiro e não financeiro, além de informações estatísticas, operacionais, sobre a análise e discussão das principais contas do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício, assim como informações de caráter não financeiro e operacionais, incluindo informações relacionadas aos colaboradores da Companhia, responsabilidade social, mercado de capitais e governança corporativa.

Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras expressam a situação econômico-financeira da Companhia e as mutações patrimoniais ocorridas no exercício social referente ao ano de 2021. Através da análise das Demonstrações Financeiras, é possível avaliar a situação patrimonial, os índices de liquidez, a lucratividade e o grau de endividamento da Companhia, dentre outros índices contábeis importantes, com data base em 31 de dezembro de 2021.

As Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2021 foram auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S, que emitiu um parecer sem ressalvas sobre as mesmas, inserido no Relatório dos Auditores Independentes apresentado.

Ainda, acompanham as Demonstrações Financeiras a declaração dos Diretores da Companhia, nos sentido de que revisaram, discutiram e concordaram com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2021, bem como com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes.

Considerando o acima exposto, propomos que as contas dos administradores, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2021, sejam apreciados com atenção e aprovados pelos Srs. Acionistas.

4.1.2. Deliberar acerca da proposta de destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

A Companhia apurou prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, no valor total de R\$37.808,00. Assim o prejuízo apurado deve ser absorvido em parte, no valor de R\$3.405,00, pelas reservas de lucros da Companhia, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 189 da Lei 6.404/76, e que o restante, no valor de R\$34.403,00, deve ser registrado na conta de Prejuízos Acumulados.

Em razão do prejuízo apurado no exercício social de 2021, não serão apresentadas as informações indicadas no artigo 9º, § único, inciso II, e no Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481, conforme decisão do Órgão Colegiado da CVM no Processo CVM RJ 2010/14687, em 27/09/2011.

Isso posto, propomos seja dado ao prejuízo apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 a destinação acima indicada, conforme os termos da Lei 6.404/76.

4.1.3. Fixar a remuneração global anual dos Administradores da Companhia referente ao exercício social de 2022

Em reunião realizada no dia 28 de março de 2022, o Conselho de Administração da Companhia deliberou e aprovou a proposta de remuneração anual global dos administradores (que inclui os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia) referente ao exercício social de 2022, no valor total de até R\$9.004.806,00.

A remuneração proposta será individualizada e distribuída aos administradores pelo Conselho de Administração da Companhia, observado o disposto na legislação em vigor e no Estatuto Social da Companhia.

Ressalta-se que o montante total proposto considera as responsabilidades dos administradores, o tempo dedicado às funções, a competência, a reputação profissional e o valor de seus serviços no mercado.

4.1.4. Período a que se refere a proposta de remuneração:

A proposta de remuneração ora apresentada se refere ao período compreendido entre 1º de janeiro de 2022 e 31 de dezembro de 2022.

4.1.5. Comentários sobre os valores aprovados na Proposta de Administração em 2021 e os valores referentes à remuneração dos Administradores efetivamente realizados em 2021:

A Companhia disponibiliza a seguir tabela sumária com o montante anual consolidado, segregado por órgão, apresentando (i) os valores propostos no âmbito da Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021 e (ii) os valores efetivamente realizados no exercício social de 2021.

Remuneração dos Administradores - Previsto 2021 vs. Realizado 2021			
	Previsto 2021 (*)	Realizado 2021 (**)	Diferença
Conselho de Administração	630.000,00	868.080,00	238.080,00
Diretoria Estatutária	4.500.000,00	2.302.700,00	- 2.197.300,00
Total (***)	5.130.000,00	3.170.780,00	-1.959.220,00

(*) Não contempla encargos de responsabilidade da Companhia.

(**) Não contempla encargos de responsabilidade da Companhia.

(***) A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

A remuneração efetivamente realizada em 2021 foi 38% inferior à proposta de remuneração prevista para 2021 em virtude principalmente de (i) no caso do Conselho de Administração, a remuneração efetivamente realizada em 2021 foi 38% maior que o previsto devido à saída de um dos membros durante o ano e o exercício de todas as opções de compra de ações em 2021, gerando uma antecipação da

despesa; (ii) no caso da Diretoria Estatutária, a remuneração efetivamente realizada em 2021 foi 49% menor que o previsto.

4.1.6. Comentários sobre eventuais diferenças entre os valores da proposta para 2022 e os da proposta para 2021 e os comentários constantes do item 13 do Formulário de Referência da Companhia:

A Companhia disponibiliza a seguir tabela sumária com o montante anual consolidado, segregado por órgão, apresentando (1) os valores propostos na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021 e (2) os valores propostos para o exercício social de 2022 e a serem aprovados em Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2022.

Remuneração dos Administradores - Previsto 2022 vs. Previsto 2021			
	Previsto 2022 (*)	Previsto 2021 (**)	Diferença
Conselho de Administração	2.433.407,00	630.000,00	1.803.407,00
Diretoria Estatutária	6.571.398,00	4.500.000,00	2.071.398,00
Total (***)	9.004.806,00	5.130.000,00	3.874.806,00

(*) Não contempla encargos de responsabilidade da Companhia.

(**) Não contempla encargos de responsabilidade da Companhia.

(***) A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

A remuneração proposta para 2022 é 76% superior à remuneração proposta em 2021, principalmente, em virtude (i) da readequação organizacional da Companhia para fins de maior alinhamento à sua estratégia, tendo sido considerada a premissa para a proposta de 2022, de que o Conselho de Administração será composto por 8 membros para o Conselho de Administração (em comparação com a premissa de 7 membros adotada, fins de orçamento da proposta de 2021); (ii) da eleição de novo membro da Diretoria Estatutária em fevereiro de 2022; e (iii) da realização de outorgas de opções de compra de ações no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia.

A Companhia esclarece que, conforme orientação da CVM contemplada no Ofício Circular/Anual 2022 – CVM/SEP, emitido em 24 de fevereiro de 2022 (“Ofício Circular CVM”), baseada em entendimento do colegiado da CVM em reunião realizada em 08/12/2020 (Processo nº 19957.007457/2018-10), os encargos sociais de ônus do empregador não devem integrar os montantes de remuneração global ou individual sujeitos à aprovação pela assembleia geral. Dessa forma, em atendimento à referida orientação, a proposta de remuneração para o exercício social de 2022 a ser apresentada à AGO não contemplam os encargos sociais de ônus da Companhia.

Ainda, ressalta-se que não há diferença entre o limite global da remuneração dos Administradores (membros do Conselho de Administração e da Diretoria) ora proposto e o valor da remuneração global estimado para o exercício social de 2022, constante do item 13.2 do Formulário de Referência da Companhia, que compõe o Anexo II deste Manual.

Destacamos, por fim, que as informações detalhadas sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração da Companhia, nos termos do item 13 do Formulário de Referência, conforme previsto no artigo 12, inciso II, da Instrução CVM 481, encontram-se descritas no Anexo II deste Manual.

Considerando o exposto acima, propomos que seja aprovada a proposta de remuneração global anual dos administradores da Companhia (membros do Conselho de Administração e Diretores) para o exercício social de 2022 no valor de até R\$9.004.806,00.

4.2. Em Assembleia Geral Extraordinária:

4.2.1. Deliberar sobre o aumento do número de membros que atualmente compõem o Conselho de Administração da Companhia, de 7 (sete) membros para 8 (oito) membros

Nos termos do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração deverá ser composto por, no mínimo, 5 (cinco), e, no máximo, 9 (nove) membros, eleitos pela Assembleia Geral para cumprir mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, observado que, ao menos 20% (vinte por cento) ou no mínimo 2 (dois) dos seus membros eleitos, o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, conforme estabelecido pelo Regulamento do Novo Mercado em vigor.

Considerando o acima exposto, propomos que sejam acrescidos os assentos efetivos do Conselho de Administração dentro do limite estatutário, passando dos 7 (sete) assentos efetivos para 8 (oito) assentos efetivos.

A recomendação de aprovação desta proposta se justifica, em especial, pela necessidade da Companhia de adequar seu quadro administrativo à expansão dos seus negócios e implementação do seu plano estratégico, abrindo espaço para participação de uma executiva (Sra. Camilla Giesecke) com grande capacidade de contribuir com os negócios do Méliuz, em especial no segmento de *buy now pay later*.

4.2.2. Eleger 1 (um) membro para o Conselho de Administração da Companhia, por prazo de mandato unificado ao dos demais membros do Conselho de Administração, até 1º de setembro de 2022

Nos termos do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, e considerando a deliberação a ser tomada nos termos do Edital de Convocação e do item 4.2.1 acima, o Conselho de Administração da Companhia pode ser composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros efetivos, eleitos pela Assembleia Geral.

Considerando a necessidade da Companhia de adequar sua estrutura administrativa à expansão de seus negócios, propomos a eleição de 1 (um) novo membro para o Conselho de Administração, com prazo de mandato unificado aos dos demais membros do Conselho de Administração, se encerrando em 01º de setembro de 2022.

É indicada para o novo assento no Conselho de Administração a Sra. Camilla Linnéa Jin Ah Giesecke, na qualidade de membro efetivo do Conselho de Administração.

Para deliberar sobre este assunto, são disponibilizadas, em atenção ao disposto no Art. 10 da Instrução CVM 481, no Anexo III do presente Manual, as informações a respeito da Sra. Camilla Giesecke, nos termos dos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência da Companhia, conforme previsto no Anexo A da Instrução CVM nº 552/2014, em virtude da orientação constante do Ofício Circular CVM.

5. Considerações Finais

A Administração da Companhia considera que todas as propostas indicadas nos itens acima estão alinhadas com os interesses da Companhia e respeitam a legislação aplicável e, portanto, recomenda e solicita a sua aprovação integral pelos Srs. Acionistas.

MÉLIUZ S.A.

Companhia Aberta – Código CVM nº 2523-2

CNPJ/ME 14.110.585/0001-07

Documentos Anexos às Propostas da Administração do Item 4

ANEXO I

Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia – conforme item 10 do Formulário de Referência, em atendimento ao disposto no Artigo 9º, inciso III, da Instrução CVM 481

10. Comentários dos Diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Introdução

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 são derivadas das demonstrações contábeis da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, e suas respectivas notas explicativas. Nossas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

As informações contidas neste item “Comentário dos Diretores” devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para acesso no nosso site (<https://ri.meliuz.com.br/>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Os termos “AH” e “AV” das colunas de determinadas tabelas neste item “Comentário dos Diretores” significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens das demonstrações contábeis ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis aos resultados das operações, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do balanço patrimonial.

(a) Comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

i. Indicadores de endividamento e de liquidez corrente

Entendemos que o Méliuz apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com as suas obrigações financeiras de curto e longo prazo, considerando os indicadores abaixo. Nossas atividades estão sendo suportadas pelos recursos captados na oferta pública inicial de ações (IPO realizado em novembro de 2020) e na oferta subsequente de ações (Follow-on realizado em julho de 2021).

(em R\$ milhares, exceto porcentagem)	Exercício Encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Ativo Circulante	667.116	354.679	21.970
Passivo Circulante	97.854	19.180	12.236
Índice de Liquidez Corrente (1)	6,8	18,5	1,8
Passivo Não Circulante	109.491	538	2.682
Patrimônio Líquido	902.829	357.484	22.894
Índice de Endividamento (2)	0,23	0,06	0,65
Empréstimos e Financiamentos (circulante e não circulante)	457	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	514.749	331.207	9.981
Dívida Líquida/ Caixa Líquido (3)	(514.292)	(331.207)	(9.981)

(1) Liquidez Corrente: Ativo Circulante dividido pelo Passivo Circulante;

(2) Índice de Endividamento: (Passivo Circulante acrescido do Passivo Não Circulante) dividido pelo Patrimônio Líquido; e

(3) Dívida Líquida: A Dívida Líquida corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa (circulante e não circulante).

ii. Informações Operacionais e Financeiras Méliuz

(em milhões)	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Contas Totais (#) (1)	22,4	14,0	9,1
Usuários Ativos LTM (#) (2)	9,4	5,4	2,1
GMV Méliuz (R\$) (3)	4.512	2.545	1.677
GMV Total (R\$) (4)	5.522	2.545	1.677

(em R\$ milhares, exceto porcentagem)	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Receita Líquida	263.486	125.390	81.504
EBITDA (5)	(63.279)	30.251	29.831
Margem EBITDA (6)	-24,02%	24,13%	36,60%
EBITDA Ajustado (7)	(34.908)	30.251	29.831
Margem EBITDA Ajustado (8)	-13,25%	24,13%	36,60%

(1) Contas Totais: Total de usuários que possuem cadastro no Méliuz;

(2) Usuários ativos: são usuários únicos, novos ou recorrentes, que realizaram ao menos uma das seguintes ações durante o período reportado: (i) compra em algum parceiro Méliuz iniciada a partir do aplicativo (app), site ou plugin da Méliuz; (ii)

alguma compra utilizando o Cartão de Crédito Méliuz; (iii) ativação de alguma oferta divulgada pela Méliuz em seu site, aplicativo (app) ou plugin; (iv) instalação ou manutenção de plugin ativo em seu navegador de internet; (v) instalação ou utilização do aplicativo do Méliuz; (vi) submissão de proposta solicitando o Cartão de Crédito Méliuz; (vii) solicitação de resgate do saldo de *cashback* para sua conta bancária ou poupança e/ou (viii) indicação de novo usuário para a Méliuz por meio do Programa “Indique e Ganhe”;

(3) GMV Méliuz: valor Bruto de Mercadorias, na tradução para português. Indica o valor total das vendas originadas para nossos parceiros do e-commerce na data em que os usuários realizaram as compras, ou seja, trata-se do GMV originado no ato da compra – neste caso contempla apenas o Méliuz, sem considerar as demais empresas do grupo;

(4) Conceito explicado no item 3 acima, porém considerando todas as empresas adquiridas até 31/12/2021;

(5) EBITDA: Lucros antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização;

(6) Margem EBITDA: EBITDA dividido pela receita líquida;

(7) EBITDA Ajustado: Considera por meio do EBITDA receitas ou despesas que a Companhia identifica como itens extraordinários ou não recorrentes, tais como os gastos com aquisições de empresas.

No caso de 2021 os itens extraordinários foram: gastos com M&A (R\$ 9,8 milhões), ganho da operação de compra de dinheiro (-R\$ 1,4 milhão), atualização do valor justo do earn-out a pagar para as empresas adquiridas em 2021 (Promobit, Melhor Plano e Alter) e atualização da opção de compra da Picodi (R\$12,9 milhões); compra de parte dos minoritários do Alter (R\$ 7,0 milhões);

(8) Margem EBITDA Ajustado: EBITDA ajustado dividido pela receita líquida.

Acreditamos que os resultados operacionais da Companhia indicam a nossa capacidade de crescimento. Uma base de usuários robusta e engajada viabiliza o crescimento sustentável da Companhia. Inclusive para 2022 nosso foco principal é: engajar cada vez mais a atual base de usuários, aumentando a venda cruzada entre os produtos, principalmente a penetração dos novos, e com isso aumentar a receita média que cada usuário gera.

Atingimos em 2021 recorde histórico de GMV, resultado de alguns fatores: i) execução bem-sucedida da estratégia de atração e retenção de usuários ao longo de 2021; ii) campanhas extraordinárias ao longo do período da *Black Friday* e iii) crescimento da nossa base de usuários.

Em 2021 nosso EBITDA negativo é decorrente do aumento das despesas, que serão explicados no item abaixo - “alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras” -. Estes gastos foram imprescindíveis para colocar o Méliuz bem posicionado frente ao mercado. Abrimos novas frentes de geração de valor que gradativamente vão impactar positivamente o resultado da Companhia.

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

A Diretoria acredita que a estrutura de capital da Companhia é adequada para atender às demandas e necessidades das suas operações, apresentando uma proporção equilibrada entre capital próprio e de terceiros, conforme evidenciado na tabela abaixo:

A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a seguinte estrutura de capital:

(em R\$ milhares, exceto porcentagem)	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Capital de terceiros (passivo circulante e não circulante)	207.345	19.718	14.918
Capital próprio (patrimônio líquido)	902.829	357.484	22.894
Capital total (terceiros + próprio)	1.110.174	377.202	37.812
Parcela de capital de terceiros	18,7%	5,2%	39,5%
Parcela de capital próprio	81,3%	94,8%	60,5%

Em 31 de dezembro de 2020, o Patrimônio Líquido da Companhia era de R\$ 377.202, passando para R\$ 902.829 em 31 de dezembro de 2021. Este aumento decorreu da oferta subsequente de ações (*follow-on*) em julho de 2021.

Em 31 de dezembro de 2019, o Patrimônio Líquido da Companhia era de R\$ 22.894 mil, passando para R\$ 357.484 mil em 31 de dezembro de 2020. Este aumento decorreu, principalmente, da Oferta Pública de Ações realizada em novembro de 2020.

(c) comentários dos Diretores em relação à capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os diretores da Companhia, por meio da análise dos indicadores de desempenho e da geração operacional de caixa, entendem que a Companhia tem a capacidade de honrar com as obrigações de curto, médio e longo prazo existentes.

A tabela abaixo apresenta a Dívida Bruta e o Caixa Líquido da Companhia nas referidas datas.

(em R\$ milhares, exceto porcentagem)	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Dívida Bruta ⁽¹⁾	(1.958)	(209)	(2.724)
Caixa Líquido ⁽¹⁾	512.791	330.998	7.257

(1) A Dívida Bruta se refere ao total de empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil a pagar. O Caixa Líquido refere-se ao total da Dívida Bruta deduzida do saldo de caixa e equivalente de caixa.

Assim, considerando nosso baixo endividamento e nosso fluxo de caixa, acreditamos que teremos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir nossos custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e investimentos pelos próximos 12 meses, embora não possamos garantir que tal situação permanecerá inalterada, em função de fatores exógenos a Companhia, como por exemplo fatores macroeconômicos.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Nos últimos três exercícios sociais, as principais fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia foram o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais e a utilização de empréstimo e financiamento de terceiros, conforme descrito no item abaixo “níveis de endividamento e as características de tais dívidas”.

Além das fontes de recursos listadas acima, em 2020, a Companhia captou recursos no mercado financeiro, através da emissão de novas ações na Oferta Pública Inicial de Ações, concluída em dezembro de 2020. Os recursos captados serão fundamentais para a implantação do plano estratégico da Companhia para os próximos anos, relacionados a: (i) ampliar a participação da Companhia nos mercados em que já atua: *shopping* e serviços financeiros e (ii) potenciais aquisições de empresas consideradas estratégicas. E em 2021 a Companhia captou recursos no mercado através da oferta subsequente de ações (*follow-on*) em julho de 2021.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pretende continuar utilizando o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais e os valores captados nas ofertas públicas de ações, caso necessário, empréstimos e financiamentos de terceiros como fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de empréstimos e financiamentos da Companhia de R\$ 457 mil, é referente a valores tomados pela controlada Picodi do governo polonês para fins de auxílio durante a pandemia do COVID-19. Devido à sua natureza extraordinária, esse empréstimo não incorre em juros e não possui garantia.

O empréstimo foi contratado e disponibilizado em maio de 2020 no valor total de R\$1.207 mil. A amortização do empréstimo será realizada no limite de aproximadamente 50% de seu valor total, conforme acordado com o governo polonês, com pagamentos mensais no período compreendido entre julho de 2021 a junho de 2023.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não apresentava saldo de empréstimos e financiamentos.

(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Os Diretores da Companhia informam que não existem relações de longo prazo entre a Companhia e instituições financeiras, referentes aos últimos três exercícios sociais, além daquelas já descritas no item “i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes” acima.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Em 31 de dezembro de 2021, não há grau de subordinação entre as dívidas da Companhia. No entanto, esclarece-se que, em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no Passivo Exigível acontecerá de acordo com o disposto na Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme em vigor: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) créditos com garantia real; (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

(iv) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de empréstimos e financiamentos da Companhia de R\$ 457 mil, é referente a valores tomados pela controlada Picodi do governo polonês para fins de auxílio durante a pandemia do COVID-19. Devido à sua natureza extraordinária, esse empréstimo não incorre em juros e também não possui garantia.

O referido empréstimo impõe determinadas obrigações à Picodi quanto a destinação dos recursos provenientes do empréstimo, os quais (i) devem ser utilizados exclusivamente para cobrir as despesas

da Companhia quanto ao exercício das suas atividades, o que não incluiria, por exemplo, a utilização de recursos para aquisição de outras entidades, realização de pagamentos aos acionistas e pessoas relacionadas aos acionistas (incluindo dividendos ou equivalentes) e (ii) somente podem ser utilizados para pagamento de outras dívidas até o limite de 25% do referido empréstimo concedido. O empréstimo também impõe a necessidade de notificação da contraparte caso haja a cessação e suspensão das atividades de Picodi e de demais eventos que possam prejudicar de forma relevante o adimplemento das obrigações do empréstimo pela Picodi. Adicionalmente, o contrato prevê que os termos do contrato não podem ser cedidos e/ou transferidos pela Picodi, sem o consentimento do governo polonês. Não obstante, o contrato não contém restrições expressas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos (não pagos com o empréstimo concedido), à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à transferência de controle societário.

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Na data de publicação deste documento a Companhia não dispõe de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os números e análises a seguir apresentados derivam das demonstrações contábeis auditadas da Companhia atinentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, comparadas conforme especificado a seguir:

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

<i>R\$ milhares, exceto percentuais</i>	<i>31/12/2021</i>	<i>AV</i>	<i>31/12/2020</i>	<i>AV</i>	<i>AH</i>
Receitas líquidas	263.486	100,0%	125.390	100,0%	110,1%
<i>Despesas operacionais</i>	-331.332	-	-96.908	-77,3%	241,9%
<i>Despesas com cashback</i>	-140.477	-53,3%	-59.104	-47,1%	137,7%
<i>Despesas com pessoal</i>	-67.000	-25,4%	-18.416	-14,7%	263,8%
<i>Despesas comerciais e de marketing</i>	-47.150	-17,9%	-8.116	-6,5%	481,0%
<i>Despesas com softwares</i>	-17.543	-6,7%	-5.772	-4,6%	203,9%
<i>Despesas gerais e administrativas</i>	-10.786	-4,1%	-1.480	-1,2%	628,8%
<i>Serviços de terceiros</i>	-24.911	-9,5%	-2.470	-2,0%	908,5%
<i>Depreciação e amortização</i>	-4.567	-1,7%	-1.769	-1,4%	158,2%
<i>Outros</i>	-18.898	-7,2%	219	0,2%	-
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	-67.846	-25,7%	28.482	22,7%	-338,2%
<i>Resultado financeiro</i>	16.521	6,3%	-255	-0,2%	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	-51.325	-19,5%	28.227	22,5%	-281,8%
<i>Imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos)</i>	16.991	6,4%	-8.597	-6,9%	-297,6%
Lucro líquido do período	-34.334	-13,0%	19.630	15,7%	-274,9%

Receitas líquidas

As receitas líquidas no exercício social de 2021 foram de R\$ 263.486 mil comparado com R\$ 125.390 mil resultante do exercício social de 2020, um aumento de R\$ 138.096 mil ou 110,1%.

Esse crescimento é explicado principalmente: i) pelo maior GMV gerado e aumento do *take rate* no shopping Brasil, fazendo com que sua receita líquida saísse de R\$ 110,8 milhões em 2020 para R\$ 191,0 milhões em 2021, um aumento de 72%; ii) pelo aumento da receita de serviços financeiros advindos do cartão co-branded, que saiu de R\$ 14,5 milhões em 2020 para 31,6 milhões em 2021; e iii) pela receita das empresas adquiridas ao longo de 2021, que em conjunto atingiram R\$ 39,3 milhões, sendo R\$ 27,8 milhões do shopping internacional (contemplado ao resultado a partir de fevereiro de 2021) e R\$ 11,5 milhões de Melhor Plano, Promobit, Alter e iDinheiro.

Despesas operacionais

As despesas operacionais no exercício social de 2021 foram de R\$ 331.332 mil comparado com R\$ 96.908 mil resultantes do exercício social de 2020, representando um aumento de 241,9% ou R\$ 234.424 mil.

Na linha de despesas com *cashback* finalizamos o ano em R\$ 140.477 mil, um aumento de 137,7% contra 2020, quando fechamos em R\$ 59.104 mil, principalmente como reflexo do aumento do GMV (volume de vendas) do período e, conseqüentemente, do aumento da receita do shopping nacional.

Na linha de despesas com pessoal finalizamos o ano em R\$ 67.000 mil, um aumento de 263,8% contra 2020, quando fechamos em R\$ 18.416 mil. Esse aumento pelas contratações de desenvolvedores, engenheiros de softwares, *Heads* de *business units* e outras funções importantes com objetivo de construir o nosso novo App tendo toda a parte de serviços financeiros integrada a ele.

Desde o segundo semestre de 2021, aproximadamente 60% dos colaboradores do Méliuz estão trabalhando no projeto do novo App e nos novos produtos financeiros, ou seja, a diluição dessa despesa virá principalmente com a evolução dessas novas frentes de receitas criadas, além do maior uso do *shopping*.

Estamos convictos que conseguimos trazer as pessoas que eram necessárias para entregar o projeto do novo App e os novos produtos financeiros e, portanto, novas contratações serão eventuais ou apenas em casos de reposição.

Na linha de despesas com comercial e marketing, finalizamos o ano com R\$ 47.150 mil, um aumento de 481% contra 2020, quando fechamos com R\$ 8.116 mil. Este aumento é explicado principalmente em decorrência das diferentes ações focadas no crescimento e na retenção da nossa base de usuários.

Vale reforçar que aumentamos pontualmente as despesas com marketing durante o 4T21 com o objetivo aumentar substancialmente o número de novos usuários e aumentar ainda mais o engajamento dos usuários retidos, aproveitando o período de alta sazonalidade e a proximidade do lançamento do novo App e dos novos produtos financeiros.

Inclusive, de janeiro até o começo de março de 2022, as despesas com marketing estão em linha com as registradas no 1T21.

Na linha de serviços de terceiros finalizamos o ano com R\$ 24.911 mil, um aumento de 908,5% em relação a 2020, quando fechamos com R\$ 2.470 mil. Este aumento é principalmente reflexo das despesas

extraordinárias do Méliuz no valor de R\$ 9,8 milhões, referentes às despesas com as seis aquisições realizadas ao longo de 2021.

Excluindo os itens extraordinários, a variação na linha de serviços de terceiros seria de R\$ 12,6 milhões no comparativo anual, sendo explicado principalmente pelas despesas com serviços de terceiros destas empresas adquiridas (R\$ 4,4MM) e pelo crescimento orgânico do Méliuz.

No somatório das linhas despesas gerais e administrativas, depreciação e amortização e outros, finalizamos o ano com uma despesa total de R\$ 34.251 milhões, um crescimento de 1030,4% no comparativo com 2020, quando fechamos com R\$ 3.030 mil. Esse crescimento é explicado principalmente por itens extraordinários no valor de R\$ 18,5 milhões, sendo eles: atualização do valor justo do *earn-out* a pagar para as empresas adquiridas em 2021 (Promobit, Melhor Plano e Alter) e atualização da opção de compra da Picodi (R\$ 12,9 milhões); pela compra de parte dos minoritários do Alter (R\$ 7,0 milhões); e pelo reconhecimento do ganho pela contabilização da operação de compra do iDinheiro (Gana), onde passamos a deter os 49% restantes da Companhia (-R\$ 1,4 milhão).

Excluindo os itens extraordinários de R\$ 18,5 milhões, a variação no somatório dessas 3 linhas da DRE seria de R\$ 15,8 milhões, explicado principalmente pelas despesas administrativas das empresas adquiridas no ano (R\$ 7,5 milhões).

Resultado financeiro

O resultado financeiro no exercício social de 2021 foi de R\$ 16.521 mil comparado com (R\$ 255 mil) resultante do exercício social de 2020, representando um crescimento de R\$16.776 mil, explicado pelo nível elevado de caixa da Companhia com as captações realizadas (IPO em 2020 e *follow-on* de ações em 2021).

Imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos)

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos totalizou R\$ 16.991 positivo no exercício social de 2021, comparado a R\$ 8.597 no exercício social de 2020, representando uma redução de R\$ 25.588 ou (297,6%), explicado pelo aumento do ativo fiscal diferido.

Lucro líquido do período

Em decorrência dos fatores discutidos acima, o prejuízo líquido no exercício social de 2021 foi de (R\$34.334) mil comparado com um lucro líquido de R\$19.630 no exercício social de 2020, representando uma redução de R\$ 53.964 ou (274,9%).

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

<i>R\$ milhares, exceto percentuais</i>	<i>31/12/2020</i>	<i>AV</i>	<i>31/12/2019</i>	<i>AV</i>	<i>AH</i>
Receitas líquidas	125.390	100,0%	81.504	100,0%	53,8%
<i>Despesas operacionais</i>	(96.908)	-77,3%	(72.894)	-89,4%	32,9%
<i>Despesas com cashback</i>	(59.104)	-47,1%	(39.701)	-48,7%	48,9%
<i>Despesas com pessoal</i>	(18.416)	-14,7%	(18.070)	-22,2%	1,9%
<i>Despesas comerciais e de marketing</i>	(8.116)	-6,5%	(2.469)	-3,0%	228,7%
<i>Despesas com softwares</i>	(5.772)	-4,6%	(4.430)	-5,4%	30,3%
<i>Despesas gerais e administrativas</i>	(1.480)	-1,2%	(1.469)	-1,8%	0,7%
<i>Serviços de terceiros</i>	(2.470)	-2,0%	(3.434)	-4,2%	-28,1%
<i>Depreciação e amortização</i>	(1.769)	-1,4%	(1.972)	-2,4%	-10,3%
<i>Outros</i>	219	0,2%	(1.349)	-1,7%	-
					116,2%
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	28.482	22,7%	8.610	10,6%	230,8%
<i>Resultado financeiro</i>	(255)	-0,2%	(300)	-0,4%	-15,0%
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	28.227	22,5%	8.310	10,2%	239,7%
<i>Imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos)</i>	(8.597)	-6,9%	6.724	8,2%	-
					227,9%
Lucro líquido do exercício	19.630	15,7%	15.034	18,4%	30,6%

Receitas líquidas

As receitas líquidas do exercício social de 2020 foram de R\$125.390 mil comparada com R\$81.504 mil no exercício social de 2019, representando um aumento de R\$ 43.886 mil ou 53,8%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento do tráfego e compras realizadas pelos usuários, antigos e novos, junto aos parceiros comerciais da Companhia.

Despesas operacionais

As despesas operacionais do exercício social de 2020 totalizaram R\$96.908 mil comparado com R\$72.894 mil no exercício social de 2019, representando um aumento de R\$ 24.014 mil ou 32,9%. Este aumento é atribuído, substancialmente, ao aumento de (i) R\$19.403 mil das despesas com *cashback* no exercício de 2020 quando comparado ao exercício anterior, refletindo o crescimento operacional da Companhia, sendo, o aumento nas despesas com *cashback* atribuído, substancialmente, ao crescimento da base de usuários e, conseqüentemente, ao aumento de transações originadas na plataforma da Companhia, acompanhando um aumento das receitas líquidas geradas por estes usuários; (ii) R\$5.647 mil das despesas comerciais e de marketing devido, principalmente, aos maiores investimentos da Companhia em marketing pago; e (iii) R\$1.342 mil nas despesas com softwares devido, principalmente, à contratação de novas licenças de software no exercício de 2020 quando comparado ao exercício anterior. Este aumento foi parcialmente compensado pela redução de algumas despesas, como viagens, transporte e despesas com escritório.

Resultado financeiro

O resultado financeiro do exercício social de 2020 representou uma despesa financeira líquida de R\$255 mil comparado com R\$300 mil no exercício social de 2019, representando uma redução de R\$45 mil ou

15,0%. Esta redução é atribuída substancialmente ao aumento nos rendimentos das aplicações financeiras dado o maior volume investido a partir dos recursos levantados pela oferta pública inicial de ações da Companhia.

Imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos)

O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do exercício social de 2020 representou uma despesa de R\$8.597 mil, comparado a um crédito de R\$6.724 mil no exercício social de 2019, representando uma variação de R\$15.321 mil ou 227,9%. Esta variação é atribuída substancialmente ao aumento no lucro tributável refletindo o incremento das operações da Companhia, seguido pelo aumento do imposto diferido e pelo impacto dos efeitos fiscais de valores contabilizados diretamente no patrimônio líquido, como os custos incorridos na oferta pública inicial de ações da Companhia.

Lucro líquido do exercício

Em decorrência dos fatores discutidos acima, o lucro líquido do exercício social de 2020 foi de R\$19.630 mil comparado com R\$15.034 mil no exercício social de 2019, representando um aumento de R\$4.596 mil ou 30,6%.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

ATIVO - R\$ milhares, exceto percentuais					
CIRCULANTES	31/12/2021	AV	31/12/2020	AV	AH
Caixa e equivalentes de caixa	514.749	57,0%	331.207	87,8%	55,4%
Contas a receber	66.882	7,4%	17.890	4,7%	273,9%
Tributos a recuperar	7.732	0,9%	1.127	0,3%	586,1%
Empréstimos e contratos a receber	18.588	2,1%	-	-	-
Custódia de <i>bitcoin</i>	28.303	3,1%	-	-	-
Carteira de criptoativos	106	0,0%	-	-	-
Valores a receber de partes relacionadas	-	-	-	-	-
Outros valores a receber	27.000	3,0%	-	-	-
Outros ativos	3.756	0,4%	4.455	1,2%	-15,7%
Total do ativo circulante	667.116	73,9%	354.679	94,0%	88,1%
NÃO CIRCULANTES	31/12/2021	AV	31/12/2020	AV	AH
Realizável a longo prazo					
Valores a receber de partes relacionadas	-	-	-	-	-
Tributos diferidos	39.282	4,4%	12.537	3,3%	213,3%
Adiantamentos	-	-	-	-	-
Outras ativos	4.608	0,5%	3.282	0,9%	40,4%
Total do ativo realizável a longo prazo	43.890	4,9%	15.819	4,2%	177,5%
Investimentos	1	0,0%	-	-	-
Imobilizado	6.258	0,7%	2.888	0,8%	116,7%
Arrendamento mercantil - direito de uso	1.554	0,2%	250	0,1%	521,6%
Intangível	184.010	20,4%	3.566	0,9%	5060,1%
Total do ativo não circulante	235.713	26,1%	22.523	6,0%	946,5%
TOTAL DO ATIVO	902.829	100,0%	377.202	100,0%	139,3%

Caixa e equivalentes de caixa (circulante)

Em 31 de dezembro de 2021, o caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 514.749 mil apresentando um aumento de R\$ 183.582 mil ou 55,4% em relação a 31 de dezembro de 2020, quando totalizaram R\$ 331.287. Este aumento é explicado, principalmente, pelos recursos captados na oferta subsequente de ações (*follow-on*) realizada em julho de 2021.

Contas a receber (circulante)

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de contas a receber totalizava R\$ 66.882 mil apresentando um aumento de R\$ 48.992 ou 273,9% em relação a 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$ 17.890. Este aumento decorreu, principalmente, do crescimento das operações da Companhia com aumento de receita e consequente aumento nas contas a receber.

Tributos a recuperar (circulante)

Em 31 de dezembro de 2021, os tributos a recuperar totalizaram R\$ 7.732 mil apresentando um aumento de R\$6.605 mil ou 586,1% em relação a 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$ 1.127. Este aumento é atribuído principalmente à valores de IRRF a recuperar e pagamentos realizados a maior, ambos disponíveis para compensação com quaisquer tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Empréstimos e contratos a receber

Em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos e contratos a receber totalizaram R\$ 18.588 mil, enquanto que no exercício de 31 de dezembro de 2020 não houve empréstimos e contratos a receber. Esse aumento é explicado pelos contratos de Mútuo celebrados entre o Méliuz e Acessopar Investimentos e Participações S.A. (“Acessopar”).

O Contrato foi celebrado em atendimento ao disposto no Acordo de Associação e Outras Avenças celebrado entre a Companhia, a Acesso e a Acessopar Investimentos e Participações S.A. (“Acessopar”), em 02 de maio de 2021 (“Acordo de Associação”), com a finalidade de disponibilizar recursos à Acesso para o desenvolvimento de suas atividades. Para mais informações como por exemplo condições do contrato, consultar as demonstrações financeiras consolidadas de 2021, disponíveis para acesso no nosso site (<https://ri.meliuz.com.br/>).

Custódia de bitcoin

Em 31 de dezembro de 2021, a custódia de bitcoin totalizava R\$ 18.588 mil, enquanto que no exercício de 31 de dezembro de 2020 não houve custódia. Esse aumento é explicado pela controlada Alter, empresa especializada na negociação de criptoativos, adquirida em 2021. Seus números passaram a ser consolidados a partir de outubro de 2021.

Esses valores têm contrapartida no ativo e passivo por representar saldo custodiado pela Alter com reflexo em saldo a devolver para os clientes.

Carteira de criptoativos

Em 31 de dezembro de 2021, a carteira de criptoativos totalizava R\$ 106 mil, enquanto que no exercício de 31 de dezembro de 2020 não houve carteira de criptoativos. Esse aumento é explicado pela controlada

Alter, empresa especializada na negociação de criptoativos, adquirida em 2021. Seus números passaram a ser consolidados a partir de outubro de 2021.

A Companhia também possui um saldo de ativos para realizar a operação de compra e venda de criptomoedas e campanhas de *criptoback* (ato de ganhar criptomoedas de volta em algumas operações) a seus usuários.

A carteira da Companhia é composta por Bitcoin (BTC), Ethereum (ETH) e Binance Coin (BNB). Em 31 de dezembro de 2021, a carteira própria de ativos soma R\$106 mil, sendo R\$6 mil de variação positiva de cotação no resultado. A Companhia registra os saldos de criptoativos convertidos em moeda funcional na data de fechamento.

Adicionalmente, a Companhia mantém criptoativos apenas para suas operações citadas acima. Não há saldo de criptomoedas, destinado a investimento e/ou especulação.

Outros valores a receber

Em 31 de dezembro de 2021, outros valores a receber totalizaram R\$ 27.000 mil, enquanto que no exercício de 31 de dezembro de 2020 não houve outros valores a receber.

O Méliuz firmou contrato com a Acesso para implantação de programa de incentivos para carteiras de cartões nas modalidades crédito pré-pago, que serão emitidos e administrados pela Acesso, para uso exclusivo da Méliuz (“Cartões Méliuz”). Para execução desse escopo, a Acesso negociou com a Mastercard Brasil Soluções de Pagamento Ltda. (“Mastercard”) uma parceria para implementação do programa de benefícios para cartões com a bandeira Mastercard.

Em 31 de dezembro de 2021, os valores a receber da Acesso referente a esse contrato são de R\$27.000 mil com vencimento em março de 2022.

A receita será reconhecida por competência conforme prazo de contrato, a partir de janeiro de 2022.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de imobilizado totalizava R\$ 6.258 mil, apresentando um aumento de R\$ 3.370 mil ou 116,7% em relação a 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$ 2.888 mil. Essa variação é explicada pelo aumento de ativos imobilizados da Companhia.

Arrendamento mercantil – Direito de uso (não circulante)

Em 31 de dezembro de 2021, os arrendamentos mercantis de direito de uso totalizavam R\$ 1.554 mil, apresentando um aumento de R\$ 1.304 mil ou 521,6% em relação a 31 de dezembro de 2020, quando totalizaram R\$ 250 mil. Este aumento é explicado pelo contrato do imóvel da sede da matriz, assinado em 25 de julho de 2021.

Em junho de 2020 esse contrato havia sido cancelado pela colocação de todo o time no regime de teletrabalho, devido à crise sanitária causada pela Covid-19 e em julho de 2021 foi assinado um novo contrato com a mesma duração do anterior, 36 meses.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de intangível totalizava R\$ 184,010 mil apresentando um aumento de R\$ 184.444 mil em relação a 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$ 3.566 mil. Esse aumento é explicado principalmente pelo *Goodwill* gerado nas aquisições das controladas, sendo R\$78.797 mil da Picodi, R\$7.716 mil da Promobit, R\$14.961 mil da Melhor Plano e R\$12.633 mil da Alter.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO – R\$ milhares, exceto percentuais

CIRCULANTES	31/12/2021	AV	31/12/2020	AV	AH
Fornecedores	6.953	0,8%	673	0,2%	933,1%
Empréstimos e financiamentos	305	0,0%	-	-	-
Obrigações trabalhistas e tributárias	18.712	2,1%	5.587	1,5%	234,9%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	724	0,1%	6	0,0%	11966,7%
Cashback	34.818	3,9%	7.983	2,1%	336,2%
Arrendamento mercantil a pagar	660	0,1%	209	0,1%	215,8%
Dividendos mínimos a pagar	21	0,0%	4.686	1,2%	-99,6%
Custódia de bitcoin	28.303	3,1%	-	-	-
Receita diferida	3.375	0,4%	-	-	-
Outros passivos	3.984	0,4%	36	0,0%	10966,7%
Total do passivo circulante	97.855	10,8%	19.180	5,1%	410,2%
NÃO CIRCULANTES	31/12/2021	AV	31/12/2020	AV	
Empréstimos e financiamentos	152	0,0%	-	-	-
Arrendamento mercantil a pagar	841	0,1%	-	-	-
Cashback	2.093	0,2%	538	0,1%	289,0%
Tributos diferidos	2.182	0,2%	-	-	-
Obrigações trabalhistas e tributárias	602	0,1%	-	-	-
Earn-out a pagar	38.194	4,2%	-	-	-
Opção de compra	41.314	4,6%	-	-	-
Receita diferida	23.625	2,6%	-	-	-
Outros passivos	488	0,1%	-	-	-
Total do passivo não circulante	109.491	0,1212755	538	0,1%	20251,5%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2021	AV	31/12/2020	AV	AH
Total do patrimônio líquido	695.483	77,0%	357.484	94,8%	94,5%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	902.829	100,0%	377.202	100,0%	139,3%

Obrigações Trabalhistas e tributárias (circulante e não circulante)

O saldo de obrigações trabalhistas e tributárias a pagar em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 19.314 mil, representando um aumento de R\$ 13.727mil ou 245,7%, visto que, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou um saldo de R\$ 5.587 mil. Este crescimento é reflexo do aumento do número de pessoas da Companhia, visto que saímos de 182 pessoas em 31/12/2020 para 696 pessoas (considerando as aquisições de 2021: Picodi, Melhor Plano e Promobit).

Reforçamos que o ano de 2021 foi importante para montarmos um time excepcional, principalmente de engenheiros de software, gerentes de produto e diretores de unidades de negócio que serão fundamentais para a entrega do que planejamos para 2022.

Cashback (circulante e não circulante)

O saldo de *Cashback* em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 36.911 mil, representando um aumento de R\$28.390 mil ou 30,0%, visto que, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou um saldo de R\$ 28.390. Este aumento é reflexo do crescimento das operações da Companhia.

Earn-out a pagar (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía um *earn-out* a pagar de R\$ 38.194 mil, enquanto no exercício de 31 de dezembro de 2020 não houve. Esse crescimento é explicado pelos investimentos realizados pela Companhia nas empresas Promobit, Melhor Plano e Alter, que possuem parcelas de *earn-out* a serem pagas conforme o desempenho das investidas e valores retidos para futuros pagamentos.

Para mais informações consultar as demonstrações financeiras consolidadas de 2021, disponíveis para acesso no nosso site (<https://ri.meliuz.com.br/>).

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido totalizava R\$695.483 mil, apresentando um aumento de R\$ 337.999 mil ou 94,5% em relação ao patrimônio líquido verificado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$357.484 mil. Esse aumento é explicado principalmente pela oferta subsequente (*follow-on*) realizada em julho de 2021.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

ATIVO - R\$ milhares, exceto percentuais					
CIRCULANTES	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	AH
Caixa e equivalentes de caixa	331.207	87,8%	9.981	26,4%	3.218,4%
Contas a receber	17.890	4,7%	10.856	28,7%	64,8%
Tributos a recuperar	1.127	0,3%	377	1,0%	198,9%
Outros ativos	4.455	1,2%	756	2,0%	489,3%
Total do ativo circulante	354.679	94,0%	21.970	58,1%	1.514,4%
NÃO CIRCULANTES	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	AH
Valores a receber de partes relacionadas	-	-	122	0,3%	-100,00%
Tributos diferidos	12.537	3,3%	8.760	23,2%	43,1%
Outros ativos	3.282	0,9%	1.122	3,0%	192,5%
Imobilizado	2.888	0,8%	2.347	6,2%	23,1%
Arrendamento Mercantil – Direito de uso	250	0,1%	2.798	7,4%	-91,1%
Intangível	3.566	0,9%	693	1,8%	414,6%
Total do ativo não circulante	22.523	6,0%	15.842	41,9%	42,2%
TOTAL DO ATIVO	377.202	100,0%	37.812	100,0%	897,6%

Caixa e equivalentes de caixa (circulante)

Em 31 de dezembro de 2021, o caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 331.207 mil, apresentando um aumento de R\$ 321.226 mil em relação a 31 de dezembro de 2020, quando totalizavam R\$9.981 mil. Este aumento ocorreu, principalmente, devido ao ingresso dos recursos captados com a oferta pública inicial de ações da Companhia realizada em novembro de 2020.

Contas a receber (circulante)

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de contas a receber totalizava R\$17.890 mil, apresentando um aumento de R\$7.034 mil ou 64,8% em relação a 31 de dezembro de 2019, que totalizou R\$10.856 mil. Este aumento decorreu, principalmente, pelo crescimento das operações da Companhia com aumento de receita e consequente aumento nas contas a receber.

Tributos a recuperar (circulante)

Em 31 de dezembro de 2020, os tributos a recuperar totalizaram R\$1.127 mil, apresentando um aumento de R\$750 mil ou 198,9% em relação a 31 de dezembro de 2019, que totalizou R\$377 mil. Este aumento é atribuído principalmente à valores de IRRF a recuperar, e pagamentos realizados a maior, ambos disponíveis para compensação com quaisquer tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Valores a receber de partes relacionadas (Não circulante)

Em 31 de dezembro de 2020, não existiam valores a receber de partes relacionadas. O saldo em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 122 mil. Esta redução é decorrente da baixa das contas a receber contra a Cash3 LLC, ex-controladora e holding do Méliuz S.A. em junho de 2020, devido ao encerramento da empresa Cash3 LLC.

Arrendamento mercantil – Direito de uso (não circulante)

Em 31 de dezembro de 2020, os arrendamentos mercantis de direito de uso totalizaram R\$ 250 mil, apresentando uma redução de R\$2.548 mil ou 91,1% em relação a 31 de dezembro de 2019, que totalizou R\$2.798 mil. Esta redução é atribuída ao novo cenário de teletrabalho impulsionado pela pandemia, já que a Companhia reduziu o espaço físico que ocupava em Belo Horizonte e renegociou o contrato do espaço físico em Manaus.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO - R\$ milhares, exceto percentuais

CIRCULANTES	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	AH
Fornecedores	673	0,2%	300	0,8%	124,3%
Obrigações trabalhistas e tributárias	5.587	1,5%	4.489	11,9%	24,5%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	6	0,0%	906	2,4%	-99,3%
Cashback	7.983	2,1%	4.990	13,2%	60,0%
Arrendamento mercantil a pagar	209	0,1%	1.449	3,8%	-85,6%
Dividendos mínimos a pagar	4.686	1,2%	-	-	-
Outros passivos	36	0,0%	102	0,3%	-64,7%
Total do passivo circulante	19.180	5,1%	12.236	32,4%	56,8%
NÃO CIRCULANTES	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	AH
Arrendamento mercantil a pagar	-	-	1.275	3,4%	-100,0%
Cashback	538	0,1%	1.407	3,7%	-61,8%
Total do passivo não circulante	538	0,1%	2.682	7,1%	-79,9%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	AH
Total do patrimônio líquido	357.484	94,8%	22.894	60,5%	1461,5%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	377.202	100,0%	37.812	100,0%	897,6%

Imposto de renda e contribuição social a recolher (circulante)

O saldo de imposto de renda e contribuição social a recolher em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 6 mil, representando uma redução de R\$ 900 mil ou 99,3%, visto que em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou um saldo de R\$ 906 mil. Esta redução é atribuída, principalmente, ao pagamento de débitos de 2019 e 2020 no ano de 2020.

Cashback (circulante e não circulante)

O saldo de *Cashback* em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 8.521 mil, representando um aumento de R\$ 2.124 mil ou 33,2% visto que em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou um saldo de R\$ 6.397 mil. Este aumento é atribuído, principalmente, ao crescimento das operações da Companhia ocasionando aumento da receita e proporcional aumento do *cashback* a pagar aos usuários.

Os Diretores da Companhia esclarecem que a provisão de *cashback* em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, foi reconhecida de acordo com o modelo de mensuração da Companhia que tem como parâmetros e premissas o perfil de resgate médio do usuário (o qual considera dados históricos apurados pela Companhia), e a evolução da participação da Companhia em diferentes frentes de negócio. O referido modelo considera todo o histórico de *cashback* confirmado para os usuários agrupando-os em cohorts mensais por data de confirmação e avaliando-se o percentual resgatado nos meses subsequentes, de forma que o valor a ser provisionado reflita o montante que a Companhia entende que será pago aos usuários que tiveram saldo de *cashback* confirmado no período, de acordo com os termos de uso do programa e a partir de modelos de regressão utilizando estatísticas descritivas e dados históricos. Do valor provisionado, o montante solicitado de resgate por parte dos usuários é transferido para *cashback* a pagar, e quitado através de transferência bancária.

Arrendamento mercantil a pagar (circulante e não circulante)

O saldo de arrendamento mercantil a pagar em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$209 mil, representando uma redução de R\$2.515 mil ou 92,3%, visto que em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou um saldo de R\$2.724 mil. Esta redução pode ser atribuída, principalmente, aos pagamentos em acordo com o cumprimento dos contratos, mas, principalmente, ao cancelamento de contrato de arrendamento mercantil que tinha como objeto a sede, devido à colocação de todo o quadro de funcionários em teletrabalho por causa da crise do COVID-19.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido totalizava R\$357.484 mil, apresentando um aumento de R\$334.590 mil ou 1.461,5% em relação ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 de R\$22.894 mil. Este aumento é atribuído, principalmente, ao aumento do capital social devido à oferta pública inicial de ações da Companhia realizada em novembro de 2020.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao Fluxo de Caixa da Companhia para os períodos indicados:

FLUXO DE CAIXA (em milhares de reais)	Exercício social encerrado em		
	31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	(32.787)	19.828	1.962
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(168.332)	(5.761)	(1.701)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	387.088	307.159	(1.407)

Atividades Operacionais

O caixa líquido utilizado nas atividades operacionais totalizou R\$ 32.787 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 em comparação ao caixa líquido gerado R\$ 19.828 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Essa variação é explicada pelo aumento das contas a receber, tributos a recuperar, obrigações trabalhistas e tributárias e *cashback*.

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$ 19.828 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 em comparação a R\$ 1.962 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, decorrente, principalmente, da melhora nas operações da Companhia ocasionando um aumento de R\$19.917 mil no resultado antes dos tributos sobre o lucro no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, quando comparado ao exercício de 2019.

Atividades de Investimento

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento totalizou R\$ 168.332 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em comparação a R\$ 5.761 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, decorrente, principalmente, das aquisições de empresas realizadas durante o ano de 2021 no valor de R\$ 149.777 mil.

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento totalizou R\$5,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, em comparação a R\$1,7 milhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, decorrente, principalmente, do investimento em título de capitalização junto ao Banco Santander, adquirido como garantia do empréstimo tomado com o mesmo banco, que poderá ser resgatado apenas após julho de 2021, mesmo o empréstimo já tendo sido liquidado.

Atividades de Financiamento

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento somou R\$ 387.542 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparado ao caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento de R\$ 307.159 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, decorrente, principalmente, da oferta subsequente de ações (*follow-on*) ocorrida no exercício de 2021.

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento somou R\$307,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, comparado ao caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento de R\$1,4 milhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, decorrente, principalmente, pela integralização de capital decorrente da Oferta Pública Inicial de Ações da Companhia ocorrida no exercício de 2020.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A origem das receitas da Companhia nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 decorrem das atividades principais da Companhia, de veiculação e divulgação de marcas, produtos, serviços e outros materiais de propaganda e publicidade e de intermediação de negócios. Especificamente a partir de fevereiro de 2021, as receitas da Companhia passaram a ser compostas por receita decorrente das atividades da Companhia não somente no Brasil, mas também no exterior. Nesse sentido, a Companhia atua com a divulgação de produtos e serviços de parceiros, mediante o desenvolvimento e exploração de uma plataforma composta por portal/website e um aplicativo mobile (“Plataforma”). As receitas da Companhia são decorrentes dos valores recebidos dos Parceiros, que podem variar entre valores fixos pela exibição de seus produtos ou serviços ou percentuais sobre as vendas geradas pela plataforma. O *Cashback* pago aos Usuários é considerado um investimento para a Companhia, na medida em que é em grande parte responsável pelo grande fluxo de Usuários – ao mesmo tempo, os valores pagos como *Cashback* são tratados como uma despesa para a Companhia.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os principais fatores que respaldam os Resultados Operacionais representam o crescimento do número de usuários e o constante desenvolvimento e aprimoramento da plataforma e suas funcionalidades. As receitas da Companhia estão diretamente relacionadas ao tráfego e às compras realizadas pelos usuários dos parceiros comerciais da Companhia. Portanto, uma base maior de usuários tende a levar, naturalmente, a um tráfego maior e a uma geração de vendas maior.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As Receitas de Vendas podem ser impactadas pela queda no consumo por parte dos usuários, assim como pelo surgimento de novos concorrentes no mercado. Em virtude de tal fato, caso o nível de consumo por parte dos usuários e/ou dos parceiros comerciais da Companhia sofra redução em virtude de condições macroeconômicas gerais, como por exemplo, variação nas taxas de juros, aumento da taxa de inflação, e variações da taxa de câmbio, as receitas de vendas da Companhia poderão ser impactadas.

A Companhia detém um baixo volume de operações em dólar americano e euro, representando essencialmente 3,66% da receita do ano. Além disso, considerando a aquisição da Picodi em fevereiro de 2021, a variação do zloty polonês pode afetar o auferimento de receita da Companhia.

Apesar do início das atividades da Companhia no exterior, até 31 de dezembro de 2021, suas Receitas ainda não haviam sido impactadas de forma relevante por variações de câmbio.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Considerando o exposto acima, caso haja aumento da taxa de inflação, bem como variações da taxa de juros e da taxa de câmbio que promovam uma queda significativa do consumo no País, levando os nossos usuários e parceiros comerciais a reduzir o consumo de forma geral, incluindo com relação ao consumo dos produtos e serviços da Companhia, as receitas da Companhia poderão ser significativamente impactadas.

Além disso, considerando o início das atividades no exterior, variações na taxa de câmbio podem afetar o auferimento de receita da Companhia.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável, uma vez que não houve introdução ou alienação de segmento operacional nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, ocorreram as seguintes aquisições de participação societária pela Companhia em outras empresas:

Aquisição da Picodi.com

Em fevereiro de 2021, foi divulgada Fato Relevante a celebração do *Share Purchase Agreement* (“Contrato”) entre a Companhia e os sócios da Picodi.com (“Vendedores”). O Contrato teve por objeto a aquisição pela Companhia de ações representativas de 51,1% do capital social de emissão da Picodi.com por R\$118,6 milhões (“Aquisição”). A Picodi.com é uma plataforma que reúne cupons de descontos, códigos promocionais e demais promoções de diversas lojas e marcas, presente em 44 países. Fundada em 2010, a Picodi.com conecta, mensalmente, mais de 12 mil lojas online a 4 milhões de usuários. Adicionalmente, a Companhia celebrou com os Vendedores - que permanecem detentores dos 48,9% restantes do capital social da Picodi.com - acordo de acionistas, o qual prevê opção de compra relativa à participação de 48,9% restante, a depender da verificação de determinados critérios de desempenho. A Aquisição é estratégica para os negócios da Companhia, na medida em que permitirá um ganho de escala e volume para a operação da sua vertical shopping e ampliará a exposição da Méliuz a mercados internacionais.

Associação com o Grupo Acesso

Em maio de 2021, foi celebrado o “Acordo de Associação” com a Acessopar Investimentos e Participações S.A. (“Acessopar”) e a Acesso Soluções de Pagamento S.A. (em conjunto com a Acessopar, “Grupo Acesso”), fintech especializada em soluções de pagamento e *banking as a service* e que opera utilizando as marcas “Acesso”, “Acesso Bank”, “Bankly” e “Banco Acesso” (“Acesso”). O Acordo de Associação prevê, entre outras avenças, a incorporação pela Méliuz de 100% das ações de emissão da Acessopar, holding controladora da Acesso, em troca de novas ações de emissão da Méliuz (“Transação”). O valor da Transação totaliza R\$324,5 milhões, e tal montante está sujeito a ajustes de valor usuais em operações dessa natureza. A associação com a Acesso e sua equipe de gestão marca mais um passo na expansão do ecossistema de serviços financeiros da Méliuz, permitindo o desenvolvimento de soluções em contas digitais, pagamentos, e outros temas relacionados a serviços e produtos transacionais. A Acesso hoje é uma instituição de pagamento autorizada a funcionar pelo Banco Central, possuindo as licenças, tecnologia e infraestrutura bancária que permitirão à Méliuz ser protagonista no desenvolvimento e construção de uma solução que atenda as expectativas dos seus usuários. Com isso, a Méliuz passa a ter capacidade de aumentar ainda mais o engajamento da base de usuários, facilitando o lançamento de novos produtos financeiros como investimentos e seguros em parceria com outras instituições financeiras, além de aumentar a venda cruzada com os produtos e serviços já existentes: Cartão Méliuz, Shopping e Méliuz Nota Fiscal. Quando concluída a transação, a Acessopar passará a ser uma subsidiária integral da Companhia e os acionistas da Acessopar tornar-se-ão acionistas de longo prazo da Méliuz. Os

atuais executivos chave da Acesso permanecerão nos seus cargos para dar continuidade ao projeto. Na data de publicação deste documento, ainda não havia ocorrido o fechamento da operação, o qual está sujeito ao cumprimento de determinadas condições suspensivas, incluindo, a aprovação Acesso pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) da transferência do controle societário da Acesso Soluções de Pagamento S.A. Caso a operação seja aprovada pelo BACEN e mediante o cumprimento das demais condições precedentes previstas no Acordo de Associação, a operação será submetida à deliberação em assembleia de acionistas da Méliuz e da Acessopar.

Aquisição da Promobit

Em maio de 2021, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças entre a Companhia e a totalidade dos sócios da Promobit Serviços de Tecnologia Digital Ltda. (“Promobit”) para aquisição, pela Companhia, de quotas representativas de 100% do capital social total e votante da Promobit, por um preço de aquisição composto por uma parcela inicial, no montante de R\$13.000,000,00, sujeita a ajustes usuais em operações desta natureza. Adicionalmente, os vendedores terão direito a receber eventual *Earn Out*, a depender do atingimento de determinadas metas financeiras apuradas pela Promobit. A aquisição amplia a capacidade da Méliuz de se posicionar e se fazer presente em mais etapas do funil de tomada de decisão do consumidor, além de ser uma importante fonte de tráfego qualificado e a baixo custo, minimizando os gastos da companhia com a aquisição de novos usuários.

Aquisição da Melhor Plano

Em maio de 2021, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças entre a Companhia e a totalidade dos sócios da Melhor Plano Internet Ltda. (“Melhor Plano”) para aquisição, pela Companhia, de quotas representativas de 100% do capital social total e votante da Melhor Plano, por um preço de aquisição composto por uma parcela inicial, no montante aproximado de R\$10.300.000,00 sujeita a ajustes usuais em operações desta natureza. Adicionalmente, os vendedores terão direito a receber eventual *Earn Out*, a depender do atingimento de determinadas metas financeiras apuradas pela Melhor Plano. Atualmente, a Melhor Plano possui 48 funcionários, sendo 35% com foco em SEO - *Search Engine Optimization*, ou Otimização para Mecanismos de Busca, um importante canal de aquisição orgânica. Assim como na aquisição do Promobit, o tráfego de qualidade do Melhor Plano representa uma importante fonte de aquisição de novos usuários a baixo custo para a Méliuz.

Aquisição da Alter

Em julho de 2021, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças entre a Companhia e os sócios da Alter Pagamentos Ltda (“Alter”), com objetivo de adquirir quotas que representam 100% do capital social da Alter. O valor da transação foi de aproximadamente R\$ 25,9 milhões e o fechamento do negócio ocorreu em outubro de 2021.

Essa aquisição teve como um de seus principais objetivos trazer para o Méliuz um time talentoso de empreendedores e de desenvolvedores, além do conhecimento em um segmento de negócios de alto crescimento que poderá contribuir como uma boa ferramenta de engajamento e atração de novos usuários para a Companhia.

Aquisição da Muambator

Em dezembro de 2021, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Ativos e Outras Avenças com a Bridi e Rolim Ltda. (“Muambator”), Cícero Raupp Rolim, Paulo Martini Bridi e Ícaro Raupp Henrique (“CCVA”). O contrato prevê a aquisição dos ativos da Muambator dentre eles (i) a marca “Muambator”,

registrada no INPI sob o nº 912347937, (ii) o domínio de internet “rastreamen.to”, (iii) a Plataforma Muambator, incluindo todos os softwares, códigos-fonte, tecnologias e funcionalidades e (iv) os domínios de internet “muambator.com.br”, “muambeitor.com.br” e “presosemcuritiba.com.br”. A conclusão da transação está sujeita a condição suspensiva que ainda não foi materializada.

A Muambator é uma empresa que consolida rastreamento online de pacotes e encomendas nacionais e internacionais, por meio de website e aplicativo, que permitem ao usuário cadastrar códigos de rastreio de compras feitas nas maiores lojas online do Brasil e do mundo, dentre elas Shopee, Ali Express, Wish, Mercado Livre e outras. Os usuários passam a ter um controle maior sobre suas compras e a receber notificações a cada movimentação do pacote ou encomenda.

A aquisição da Muambator está em linha com a estratégia do Méliuz de construir um ecossistema completo e integrado entre a vertical *shopping* e a vertical de serviços financeiros, oferecendo aos usuários produtos e serviços que tornem sua jornada de aquisição de produtos mais fluida e completa.

(c) eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10.4. Os Diretores devem comentar:

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após essa data. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizava a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021.

Em junho de 2020 o contrato de um dos ativos, o imóvel da sede da matriz em Belo Horizonte/MG, foi cancelado pela colocação de todo o time no regime de teletrabalho, fazendo com que todos os seus efeitos, incluindo as baixas dos ativos e passivos relativos a este contrato, fossem refletidos a partir de junho de 2020. Outro contrato, do imóvel da filial de Manaus/AM, sofreu um impacto em seus ativos e

passivos, pelo não reajuste que estava previsto para junho de 2020, o que também refletiu a partir do referido mês. Os ajustes em ambos os contratos são devidos à crise sanitária causada pela COVID-19.

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após essa data. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um *input* - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuem significativamente para a capacidade de gerar *output* - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os *inputs* - entradas de recursos e processos necessários para criar *outputs* - saída de recursos. A Companhia aplicou o Pronunciamento quando cabível.

Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de *hedge* ou do instrumento de *hedge*. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, uma vez que esta não possui relações de *hedge* de taxas de juros.

Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.

Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

O pronunciamento revisou alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Em junho de 2020 o contrato de um dos ativos, o imóvel da sede da matriz na cidade de Belo Horizonte, foi cancelado pela colocação de todo o time no regime de teletrabalho, fazendo com que todos os seus efeitos, incluindo as baixas dos ativos e passivos relativos a este contrato, fossem refletidos a partir de junho de 2020. Outro contrato, do imóvel da filial na cidade de Manaus, sofreu um impacto em seus ativos e passivos, pelo não reajuste que estava previsto para junho de 2020, o que também refletiu a partir do referido mês. Os ajustes em ambos os contratos são devidos à crise sanitária causada pela COVID-19.

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

A Companhia aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data. A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamento mercantil

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia efetuou a análise da aplicação inicial do IFRS 16/CPC 06 (R2) em suas demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2019 e adotou as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. Dentre as formas de adoção previstas na norma, a Companhia optou pela adoção do método retrospectivo modificado, portanto, em consonância com os requerimentos do IFRS 16/CPC 06 (R2), não reapresentará informações e saldos em base comparativa.

A Companhia efetuou uma avaliação detalhada dos impactos da adoção do IFRS 16 / CPC 06 (R2) com base nos seguintes contratos afetados: arrendamento dos edifícios utilizados como sede administrativa e centro de engenharia e desenvolvimento.

A Companhia considerou o ativo de direito de uso pelo mesmo valor do passivo de arrendamento na data de adoção inicial, sendo os impactos da adoção da IFRS 16/CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019 apresentado a seguir:

(valores expressos em R\$ mil)	<u>01/01/2019</u>
Ativo - Direito de uso	4.088
Passivo - Obrigações referentes a arrendamentos operacionais	(4.088)

Efeitos da adoção das Orientações Contidas no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº 01/2020

Com a emissão do referido Ofício e elucidação de alguns pontos controversos relacionados à adoção da nova norma, a Companhia revisou suas premissas de cálculo do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento e passou a considerar os fluxos de pagamentos futuros brutos dos potenciais créditos de PIS e COFINS potencial e passou a descontá-los a uma taxa de juros incremental nominal. Essa metodologia está de acordo com o CPC 06 (R2) /IFRS 16.

Os efeitos dessa alteração foram considerados prospectivamente como remensuração na movimentação dos saldos de arrendamentos.

IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- (1) Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- (2) As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- (3) Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- (4) Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação entrou em vigor para os períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia adotou a interpretação a partir desta data e analisou os tratamentos tributários adotados que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro e que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda. A conclusão das análises é que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia teve alteração no que se refere à expectativa de perdas em função de eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias e, portanto, nenhum efeito relevante foi identificado em decorrência da adoção deste pronunciamento.

Pronunciamentos técnicos revisados com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2019:

Outros pronunciamentos técnicos foram revisados, porém sem impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Vide o item (a) acima.

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os Diretores da Companhia informam que o relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 não possui parágrafo de ênfase ou ressalva.

Os Diretores da Companhia informam que o relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 possui o parágrafo de ênfase relativo à reapresentação das demonstrações contábeis, conforme destacado abaixo:

“Chamamos atenção à nota explicativa nº 2.7 às demonstrações contábeis, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir a apresentação da demonstração do resultado por natureza, inclusão da demonstração do valor adicionado e do lucro (prejuízo) por ação, aprimoramento de certas divulgações nas notas explicativas para atender aos requisitos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM quanto a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais e relatório financeiro (IFRS), bem como para a correção de erros identificados, como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Em 30 de junho de 2020 emitimos relatório de auditoria, sem modificação, sobre as demonstrações contábeis da Companhia, que ora estão sendo reapresentadas. Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação, uma vez que as demonstrações contábeis e seus valores correspondentes ao período anterior foram ajustados de forma retrospectiva.”

Comentários da Administração

Os Diretores da Companhia esclarecem que as demonstrações contábeis históricas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram originalmente emitidas em 30 de junho de 2020 (“DFs Históricas 2019”). Não obstante tal fato, em virtude da apresentação de pedido de registro da Companhia como companhia aberta na categoria “A” (“Pedido de Registro de Companhia Aberta”) perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), a Administração da Companhia entendeu importante aprimorar as referidas demonstrações contábeis, nos termos dos artigos 25 e 26 da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada e demais normas aplicáveis às companhias abertas.

Dessa forma, a Companhia reapresentou em 31 de agosto de 2020 as suas demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 (“DFs Registro 2019”). Para fins de comparabilidade, foram também reapresentadas no mesmo caderno de tais DFs Registro 2019, as demonstrações contábeis relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

As demonstrações contábeis acima destacadas foram reemitidas com o objetivo de (i) atender às regras contábeis aplicáveis especialmente às companhias abertas, conforme normas emitidas pela CVM; (ii) corrigir determinadas incorreções; (iii) reclassificar determinados valores para aprimorar a comparabilidade e compreensão da situação financeira da Companhia.

Os Diretores da Companhia entendem que as DFs Registro 2019 refletem adequadamente a estrutura patrimonial em tal data.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Para informações sobre pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez às Demonstrações Financeiras vide o item 10.4 acima.

Seguem abaixo os comentários sobre as principais políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia.

a) *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou para outras finalidades. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata, sendo resgatável com a própria entidade emissora, em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, normalmente, um investimento se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, resgatáveis em até 90 (noventa) dias, a contar da data da contratação.

b) *Instrumentos financeiros*

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: Custo amortizado, Valor justo por meio do resultado, e Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos.

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias, (i) ativos financeiros ao custo amortizado; (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados; (iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento; ou (iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

São classificados como custo amortizado, os instrumentos mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas, de acordo com o modelo de negócios da Companhia. Encontram-se nesta categoria caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e valores a receber de partes relacionadas, empréstimos, valores a pagar a partes relacionadas, fornecedores, operações com arrendamento mercantil e cashback.

Valor justo por meio do resultado

Os instrumentos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado são os que não possuem definição específica quanto à manutenção para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas ou para realizar a vendas desses ativos no modelo de negócios da Companhia.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes são todos os outros ativos não classificados nas categorias acima.

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação. No caso de fornecedores, empréstimos e contas a pagar com partes relacionadas e arrendamento mercantil a pagar, classificados pela Companhia como passivos financeiros ao custo amortizado, após reconhecimento inicial, inclusive os sujeitos a juros, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

c) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

A depreciação é calculada sobre o saldo dos imobilizados em operação pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens. As principais taxas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 12 das demonstrações contábeis.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

d) Intangível

São representados pelos montantes pagos na aquisição do intangível, mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento é reconhecido se, e somente se, demonstrado todas as condições previstas no CPC 04 (IAS 38) sobre ativo intangível.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício quando incorridos.

A amortização é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil, seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de amortização são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é reconhecido prospectivamente.

e) Redução ao valor recuperável

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A administração verificou os indicadores para identificar a necessidade de aplicação do teste de impairment que é o reconhecimento contábil da redução do valor recuperável de um ativo fixo, tais como: diminuição significativa do preço de mercado, mudança significativa relativa ao ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, alterações nas taxas de mercado com reflexo na taxa de desconto utilizada para definição do valor justo, baixa rentabilidade, evidência de obsolescência, planos para descontinuar ou reestruturar unidade operacional, gastos com manutenção acima do esperado, dentre outros. Não foram identificados indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis.

f) Investimentos

Nas demonstrações contábeis individuais, as informações financeiras das investidas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial, com base nas demonstrações contábeis levantadas pelas respectivas investidas nas mesmas datas-bases e critérios contábeis dos balanços da Companhia.

g) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Nos casos em que a provisão possui um depósito judicial correspondente e a Companhia tem a intenção de liquidar o passivo e realizar o ativo simultaneamente, os valores são compensados.

h) Provisão para cashback

É reconhecida de acordo com o método de mensuração que a Companhia elaborou através de estatística descritiva sobre o perfil de resgate médio do usuário, considerando dados históricos, e a evolução da participação da Companhia em diferentes frentes de negócio. O modelo considera todo o histórico de cashback confirmado para os usuários agrupando-os em cohorts mensais e avaliando-se o percentual resgatado nos meses subsequentes. Dessa forma, a companhia entende que a melhor mensuração foi atendida, e o valor compreende os valores a pagar de acordo os Termos e Condições de uso do programa.

i) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

j) Imposto de renda e contribuição social

Corrente

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais.

A provisão para o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$60, trimestralmente, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável apurado em cada exercício, não havendo prazo de prescrição para sua compensação.

O imposto de renda e a contribuição social relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são também reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

Diferido

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas. Esses tributos são mensurados à alíquota que é esperada ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Os tributos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido.

Em conformidade ao ICPC 22/IFRIC 23, a Companhia avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgação quando apropriado.

k) Reconhecimento da receita de serviços

De forma geral, para os negócios da Companhia, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de desempenho. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos serviços transferidos, considerando a

capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento. Os contratos com clientes são por tempo indeterminado, em sua maioria não possuem multa rescisória, entretanto contêm aviso prévio em média de trinta dias para rescisão.

k) Reconhecimento da receita de serviços--Continuação

A receita é oriunda de veiculações de espaços publicitários do portal e remuneração, entendida por comissões, que são mensuradas através de cliques em links dos parceiros constantes no site da companhia na internet e em seu aplicativo para smartphones, convertidos em vendas pelos parceiros. As comissões acordadas, em sua quase totalidade, têm caráter variável de acordos com campanhas. A Companhia entende que a obrigação de performance é satisfeita no momento que o cliente confirma que os serviços prestados são convertidos em vendas.

Após a quantificação criteriosa do passivo da Companhia, relativo ao trabalho de retificação e das limitações acordadas a respeito da possibilidade de os clientes solicitarem trabalhos adicionais, a Companhia identificou seus contratos e os respectivos serviços transferidos, separou suas obrigações a cumprir, determinou e alocou os preços das transações, reconhecendo a receita apenas quando todos os critérios acima são atendidos.

A receita líquida da companhia é apurada pelo total de comissionamento e espaço de veiculação de materiais publicitários recebidos, diminuído dos impostos sobre vendas de serviços ISSQN, PIS e COFINS.

l) Tributos sobre vendas

As despesas e ativos não circulantes adquiridos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre venda quando estes forem recuperáveis junto às autoridades fiscais.

m) Patrimônio líquido

O capital social está representado por ações ordinárias. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

n) Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro (prejuízo) atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (o denominador) durante o exercício.

O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação.

o) Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira. Sua finalidade é evidenciar a riqueza

criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

p) Segmento operacional

A Companhia possui um único segmento operacional, que é utilizado pelo presidente e administração para fins de análise e tomada de decisão.

q) Combinações de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, o adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

A Companhia determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, um input (entrada de recursos) e um processo substantivo que juntos contribuam significativamente para a capacidade de gerar output (saída de recursos). O processo adquirido é considerado substantivo se for essencial para a capacidade de desenvolver ou converter o input (entrada de recursos) adquirido em outputs (saídas de recursos), e os inputs (entradas de recursos) adquiridos incluírem tanto a força de trabalho organizada com as habilidades, conhecimentos ou experiência necessários para executar esse processo; ou for fundamental para a capacidade de continuar a produzir outputs e é considerado único ou escasso ou não pode ser substituído sem custo, esforço ou atrasos significativos na capacidade de continuar produzindo outputs (saída de recursos).

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial, tais como:

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há arrendamentos mercantis operacionais relevantes, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2021.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos,

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2021.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2021.

(iv) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2021.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2021.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

10.7 - Itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

10.8 - Plano de negócios

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Salvo pelo abaixo descrito, os Diretores da Companhia informam que a Companhia não tem, atualmente, em seu portfólio, investimentos em andamento ou previstos relevantes.

Oferta Pública de Ações

Em 2021 Companhia realizou uma Oferta Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de sua emissão, e pretende utilizar os recursos da tranche primária da Oferta (“Oferta Primária”) para (i) ampliar a participação da Companhia nos mercados em que já atua: vertical *shopping* e serviços financeiros e (ii) para potenciais aquisições de empresas consideradas estratégicas.

Os Diretores da Companhia esclarecem, adicionalmente, que a destinação dos recursos levantados a partir da Oferta Restrita será influenciada pelas condições futuras dos mercados em que a Companhia atua, bem como pelas oportunidades de investimento que forem identificadas pela Companhia, além de outros fatores que não se pode antecipar (e.g., como resultado da pandemia COVID-19). Enquanto os investimentos acima descritos não forem realizados, no curso regular dos negócios da Companhia, os recursos líquidos captados na Oferta Restrita poderão ser investidos em aplicações financeiras que a administração da Companhia acredita estarem dentro da sua política de investimento, visando a preservação do capital e investimentos da Companhia com perfil de alta liquidez, tais como títulos de dívida pública e aplicações financeiras de renda fixa contratados ou emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

Em 2020, a Companhia captou recursos no mercado financeiro, através da emissão de novas ações na Oferta Pública de Ações, concluída em dezembro. Os recursos captados serão fundamentais para a implantação do plano estratégico da Companhia para os próximos anos, relacionados a: (i) ampliar a participação da Companhia nos mercados em que já atua: vertical *shopping* e serviços financeiros e (ii) potenciais aquisições de empresas consideradas estratégicas.

Aquisições

Em fevereiro de 2021, foi divulgado Fato Relevante sobre a aprovação do Conselho de Administração da Companhia para a celebração do *Share Purchase Agreement* (“Contrato”) celebrado entre a Companhia e os sócios da Picodi.com

Em maio de 2021, foi celebrado o “Acordo de Associação” com a Acessopar Investimentos e Participações S.A. (“Acessopar”) e a Acesso Soluções de Pagamento S.A. (em conjunto com a Acessopar, “Grupo Acesso”), fintech especializada em soluções de pagamento e *banking as a service* e que opera utilizando as marcas “Acesso”, “Acesso Bank”, “Bankly” e “Banco Acesso”, sendo que, na data de publicação deste documento, ainda não havia ocorrido o fechamento da operação.

Em maio de 2021, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças entre a Companhia e a totalidade dos sócios da Promobit Serviços de Tecnologia Digital Ltda. (“Promobit”) para aquisição, pela Companhia, de quotas representativas de 100% do capital social total e votante da Promobit,

Em maio de 2021, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças entre a Companhia e a totalidade dos sócios da Melhor Plano Internet Ltda. (“Melhor Plano”) para aquisição, pela Companhia, de quotas representativas de 100% do capital social total e votante da Melhor Plano.

Em julho de 2021, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças entre a Companhia e os sócios da Alter Pagamentos Ltda (“Alter”), com objetivo de adquirir quotas que representam 100% do capital social da Alter. O valor da transação foi de aproximadamente R\$ 25,9 milhões, sujeitos a condições e ajustes ao encerramento da transação.

Em dezembro de 2021, foi assinado contrato com os sócios da Bridi e Rolim Ltda. (“Muambator”), empresa que consolida rastreamento online de pacotes e encomendas nacionais e internacionais, para a compra de 100% dos ativos que hoje estão constituídos dentro da empresa pelo valor de R\$ 3,0 milhões, onde 15% serão pagos em dinheiro à vista e 85% em ações com período de *lock up* de até 5 anos.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia utilizou como fonte de financiamento principalmente recursos provenientes de seu fluxo de caixa, bem como os recursos decorrentes da oferta pública inicial e secundária de ações da Companhia.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimento previstos

Os Diretores da Companhia informam que não há desinvestimentos relevantes da Companhia em andamento ou previstos.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

(c) Novos produtos e serviços

A Companhia considera para os fins de investimentos para desenvolvimento de novos produtos ou serviços somente as intervenções que possam gerar melhorias, aperfeiçoamentos, novas funcionalidades ou características, com potencial claro de resultar em ganho de qualidade, produtividade ou competitividade. Devido ao mercado em que se encontra inserida, o acompanhamento, desenvolvimento e adesão a novos produtos e serviços é fundamental e indispensável para as atividades da Companhia. No cenário de elevada competitividade nas áreas de atuação da Méliuz, os incrementos tecnológicos são, ao final, os responsáveis pela fidelização dos usuários e geração de vendas para os clientes. Na mesma linha, as parcerias comerciais referentes a novos negócios, tais como as celebradas com sofisticados participantes do mercado financeiro e com fintechs, dependem praticamente da identificação, por parte desses parceiros, de um diferencial inovador da Companhia. Esse diferencial inovador se mostra basicamente em duas frentes: (i) tecnologia de ponta no *backoffice*, para suportar e executar as transações envolvidas na parceria com eficiência e confiabilidade; e (ii) conhecimento profundo do comportamento dos grupos de seus usuários.

Nesse contexto, em março de 2019, a Companhia, o Banco PAN e a Mastercard se uniram para lançar um cartão de crédito que devolveria ao consumidor, em dinheiro, de até 1,8% do valor gasto em cada compra. Como a quantia é cumulativa com o *cashback* já oferecido pelas lojas parceiras da Companhia, a recompensa para o consumidor pode chegar a 50%. Com foco em oferecer benefícios diferenciados aos

usuários, o acordo foi firmado pela experiência de crédito do PAN e do programa de recompensas oferecido pela Companhia. O lançamento fazia parte da estratégia da Companhia de investir mais em inovação, tecnologia e praticidade para os seus usuários. A parceria entre a Méliuz e o Banco Pan se encerrou em novembro de 2021, sendo que o cartão de crédito *co-branded* vai continuar operacional apenas para os usuários que já o possuem, mas não seriam emitidos novos cartões.

O ano de 2020 marcou o início da operação da Méliuz Nota Fiscal. Esta nova ferramenta aproxima a companhia das indústrias e oferece às marcas uma nova forma de promoção e incentivo de vendas junto ao seu cliente final, em todo o Brasil, permitindo que o consumidor receba *cashback* ao comprar produtos específicos em qualquer estabelecimento físico, online ou por delivery. Marcas como Skol, Heineken, SC Johnson, Nissin, Pernod Ricard, ZX Ventures, Mother Nutrients e Fazenda do Futuro realizaram 34 campanhas em 2020.

Durante o quarto trimestre de 2020, a Companhia lançou um novo serviço: a venda de *gift cards*, no qual, pela primeira vez, ofereceu aos seus usuários a experiência de compra dentro do aplicativo da Méliuz. Com isso, os usuários da Companhia podem ganhar *cashback* na compra de créditos a serem utilizados em plataformas como *iFood*, *Uber*, *UberEats*, *Google Play*, *Spotify*, *Playstation Store* e outros. A Companhia acredita que esse novo serviço vai permitir aumentar ainda mais o nível de engajamento de seus usuários com o aplicativo ao oferecer novas formas para que eles recebam ainda mais *cashback* ao consumir diferentes produtos e serviços. *Gift Card* nada mais é que um cartão pré-pago, no valor que o usuário definir, para usar em serviços e produtos que aceitam esse método de pagamento. À medida que o usuário usa os serviços ou compra itens e produtos, os créditos vão sendo consumidos.

Em outubro de 2021, foi firmada parceria entre a Companhia e a Captalys Companhia de Crédito (“Captalys”) com objetivo de oferecer um produto de crédito próprio para os seus usuários. A parceria permite que o Méliuz seja o motor de crédito, aplicando a sua inteligência e conhecimento do seu cliente, enquanto a Captalys entra com a experiência de crédito fornecendo a infraestrutura e o financiamento da operação. A parceria também contempla a troca de experiências para aprimorarmos nossas políticas e tecnologias para concessão do crédito dentro da plataforma Méliuz complementando toda estrutura de governança que já vem sendo desenvolvida pela Acesso desde 2019. A parceria está em linha com a estratégia da Companhia em oferecer um ecossistema completo para usuário com a vertical shopping e a vertical de serviços financeiros. O crédito é um importante produto nesse ecossistema e o seu crescimento será realizado de forma gradativa. Iniciaremos com um modelo exclusivo, com um volume baixo, e ao longo de 2022, seguiremos algumas etapas de crescimento.

Em janeiro de 2022 a Companhia lançou o seu cartão de crédito próprio, um cartão múltiplo (crédito, débito e pré-pago) com bandeira Mastercard Platinum, sem anuidade e que oferece *cashback* nas compras. Aceito no mundo inteiro em compras presenciais e online, o cartão está disponível nas versões física e virtual que, além de mais segurança, garante mais agilidade já que permite ao usuário fazer compras antes mesmo do cartão físico chegar.

Além da diferença na categoria da bandeira, o novo cartão possui outras vantagens importantes em relação à versão *co-branded* e outras opções do mercado: total controle do cartão pelo aplicativo do Méliuz, com uma experiência fluida e intuitiva; retorno de até 2% em *cashback* nas compras; e atendimento 24 horas por um time 100% integrado ao Méliuz. A segurança é um outro diferencial do novo Cartão Méliuz, que é o primeiro do Brasil a ser emitido sem tarja magnética. A inovação dificulta a clonagem do cartão, incentiva o uso da função de pagamento por aproximação (*contactless*) e ainda diminui o custo de produção do plástico.

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, pois não há pesquisas específicas em andamento que já tenham sido divulgadas.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, pois não há registro de investimentos em pesquisa para desenvolvimento de novos produtos ou serviços no período.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não é aplicável, pois não há registro de investimentos em pesquisa para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, foram investidos pela Companhia R\$ 1.048 mil na aquisição do intangível, incluindo o desenvolvimento de novos produtos e serviços. Os novos produtos em desenvolvimento neste período foram a operação de *cashback* no Picodi e o projeto Quatro.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, foram investidos pela Companhia R\$ 776 mil em aquisição do intangível, incluindo o desenvolvimento de novos produtos e serviços. O novo produto desenvolvido no período foi o website de conteúdo financeiro idinho.com.br.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não foram registrados investimentos no desenvolvimento de novos produtos e serviços.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Impactos da pandemia do COVID-19

A Companhia continua acompanhando de perto os possíveis impactos da Covid-19 em seus negócios e mercado de atuação. Do ponto de vista dos clientes da vertical *shopping* as categorias de Viagem e Turismo demonstra recuperação apresentando um crescimento nos volumes de comissionamento confirmado no 4T21 de mais de 280% em comparação com o mesmo período de 2020 e de mais de 30% em comparação com o 3T21. Com o avanço da vacinação, observou-se nova retomada de reservas na categoria ao longo do 2T21, e parte dessas reservas se transformaram em comissões confirmadas ao longo do terceiro e quarto trimestre de 2021. Vale ressaltar que apesar do crescimento expressivo quando comparado com o 4T20 (280%), o volume de comissões confirmadas no 4T21 ainda não atingiu os patamares pré pandemia e são ainda 40% inferiores aos valores observados no 4T19.

Por outro lado, com os novos hábitos de consumo online impulsionados pela quarentena foi observada a aceleração da migração do consumo offline para o online, contribuindo para o crescimento da base de usuários e incremento dos gastos destes em diversos segmentos de *shoppings*. Esta conjuntura de forma combinada culminou na Companhia apresentando um crescimento no faturamento líquido de 127% no trimestre findo em 31 de dezembro de 2021 em comparação com o mesmo período do ano anterior. Adicionalmente, observamos o crescimento de novas contas abertas em nossa plataforma, somando 1,7 milhões de novas contas no quarto trimestre de 2021, chegando a uma base de 22,4 milhões de contas abertas no final de dezembro de 2021, um crescimento de mais de 60% em comparação ao mesmo período de 2020 (informação não auditada).

Nos diferentes cenários testados, continuamos sem nenhum indício de dificuldades financeiras para continuar atravessando a situação imposta pela pandemia. Poucos parceiros pediram prolongamento de prazo nos pagamentos até o momento, sendo estes se concentrando em parceiros com operação exclusivamente em lojas físicas, os quais representam menos de 0,36% do faturamento do quarto trimestre de 2021. Não houve até o momento nenhuma alteração ou incremento anormal na taxa de inadimplência ou atrasos de pagamentos que impactam de forma material o fluxo de caixa e a posição de caixa da Companhia.

É importante reforçar que parte significativa do modelo de negócio do Méliuz se concentra na remuneração por performance para lojas que vendem online. Neste momento, nos tornamos ainda mais importantes para os parceiros atuais e novas lojas que precisem migrar e impulsionar suas vendas nos canais digitais. Neste contexto, as lojas têm procurado o Méliuz para realização de campanhas, o que contempla divulgação em nossos canais, aumento de comissões e *cashback* para os usuários.

Do ponto de vista dos custos, com 100% do time trabalhando no modelo de teletrabalho, foi possível a redução de algumas linhas de custo como: aluguel, transporte e viagens que deixaram de ser realizadas.

ANEXO II

Informações relativas ao item 13 do Formulário de Referência – em atendimento ao artigo 12, inciso II, da Instrução CVM 481

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrever a política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

- a. **Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

Em 1º de setembro de 2020, nosso Conselho de Administração aprovou nossa política de remuneração ("Política de Remuneração"). A Política de Remuneração é aplicável aos membros do Conselho de Administração, Diretores Estatutários e não Estatutários, membros do Conselho Fiscal (caso instalado) e membros do Comitê de Auditoria, e demais comitês de assessoramento, estatutários ou não estatutários ("Pessoas Sujeitas à Política").

A Política de Remuneração visa a estabelecer diretrizes que deverão ser observadas no âmbito da remuneração das Pessoas Sujeitas à Política, consolidando seus interesses com os nossos objetivos e os objetivos de nossas controladas.

Os elementos que compõem as remunerações dos administradores visam a: (i) atrair, recompensar, reter e incentivar executivos na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados, estando sempre alinhados aos interesses dos acionistas; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iii) assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios concedidos aos executivos.

A nossa Administração entende que a remuneração das Pessoas Sujeitas à Política de Remuneração é compatível com as melhores práticas observadas pelo nosso mercado de atuação, o que contribui para a atração e a retenção de profissionais devidamente qualificados para o desempenho de suas funções.

O inteiro teor da nossa Política de Remuneração poderá ser consultado no nosso site de relações com investidores (ri.meliuz.com.br) ou no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm), na categoria Política de Remuneração.

b. Composição da Remuneração

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração dos Administradores, dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, e da Diretoria Não Estatutária da Companhia (em conjunto, “Administração”) é composta, conforme o caso, por (i) uma remuneração fixa, que poderá, conforme o caso, incluir benefícios diretos ou indiretos; (ii) uma parcela variável atrelada ao cumprimento de metas. Cada órgão terá a composição de sua remuneração conforme descrito nos itens abaixo.

Todos esses elementos da remuneração têm como objetivo promover o desempenho das equipes, além de atrair e reter profissionais de grande qualificação na Administração da Companhia.

Adicionalmente à remuneração acima referida, em alguns casos, se, e desde que aprovados pela Assembleia Geral e/ou pelo Conselho de Administração (conforme aplicável), os membros da Administração podem ser elegíveis a participar de um plano de remuneração baseado em ações. Na visão da Companhia, trata-se de instrumento que, de um lado, envolve risco, mas de outro, permite o alinhamento de interesses da Administração aos de seus acionistas no médio e longo prazo.

Conselho de Administração

Remuneração Fixa

Pró-labore. Os membros do Conselho de Administração fazem jus a uma remuneração fixa mensal (honorários), a qual tem por objetivo reconhecer e refletir o valor do cargo internamente e externamente, dentro do escopo de responsabilidade atribuído ao Conselho de Administração da Companhia. O valor anual global da remuneração dos administradores, compreendendo os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e dos membros do Conselho Fiscal, é fixado na Assembleia Geral Ordinária e distribuído pelo Conselho de Administração.

Os membros do Conselho de Administração podem vir a receber valores relativos à remuneração fixa diferentes, caso exerçam outros cargos na Companhia ou sejam independentes, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Benefícios Diretos e Indiretos. Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios diretos ou indiretos.

Participação em Comitês. Os membros do Conselho de Administração não fazem jus à remuneração por participação em comitês.

Remuneração Variável.

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus à remuneração variável.

Benefícios Pós-Emprego

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios pós-emprego.

Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

Remuneração baseada em ações

Os membros do Conselho de Administração poderão ser elegíveis à participação no plano de remuneração baseado em ações da Companhia. Para mais informações sobre o referido plano, vide o item 13.4 do Formulário de Referência.

Diretoria Estatutária

Remuneração Fixa

Pró-labore ou Salário. Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus a uma remuneração fixa mensal (honorários), a qual é definida de acordo com a responsabilidade de cada cargo e em linha com as melhores práticas do mercado.

Benefícios Diretos e Indiretos. A remuneração acima destacada poderá, conforme o caso, ser complementada por benefícios diretos ou indiretos, quais sejam: assistência médica, assistência odontológica e vale refeição. A remuneração fixa tem como objetivo remunerar a atuação de cada diretor de acordo com o seu escopo de atuação e senioridade.

Participação em Comitês. Os Diretores Estatutários não fazem jus à remuneração por participação em comitês.

Remuneração Variável

A remuneração variável de curto prazo da Diretoria Estatutária é composta por montante anual baseado no atingimento de metas da Companhia. Dessa forma, os Diretores Estatutários poderão ser elegíveis ao recebimento de bônus, o qual tem como objetivo remunerar os resultados atingidos pelos Diretores de acordo com seu desempenho e retorno para a Companhia. O bônus compreenderá o pagamento de até 4 (quatro) salários por semestre mediante o atingimento de metas pré-definidas com base em indicadores financeiros e operacionais da Companhia, bem como relativos à adesão à cultura corporativa da Companhia.

Na presente data, os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus à remuneração por participações em reuniões, comissões e participações por resultados.

Benefícios Pós-Emprego

Na presente data os membros da Diretoria Não Estatutária não fazem jus a benefícios pós-emprego.

Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo

Na presente data os Diretores não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

Remuneração baseada em ações

Os membros da Diretoria Estatutária poderão ser elegíveis à participação no plano de remuneração baseado em ações da Companhia. Para mais informações sobre o referido plano, vide o item 13.4 do Formulário de Referência.

Diretoria Não Estatutária

Remuneração Fixa

Pró-labore ou Salário. Os membros da Diretoria Não Estatutária fazem jus a uma remuneração fixa mensal (honorários), a qual é definida de acordo com a responsabilidade de cada cargo e em linha com as melhores práticas do mercado.

Benefícios Diretos e Indiretos. A remuneração acima destacada poderá, conforme o caso, ser complementada por benefícios diretos ou indiretos, quais sejam: assistência médica, assistência odontológica, vale refeição, vale transporte, auxílio creche, auxílio luto e benefícios legais previstos na Consolidação das Leis do Trabalho.

Participação em Comitês. Os Diretores Não Estatutários não fazem jus à remuneração por participação em comitês.

Remuneração Variável

A remuneração variável de curto prazo das Diretoria Não Estatutária é composta por montante anual baseado no atingimento de metas da Companhia. Dessa forma, os Diretores Não Estatutários poderão ser elegíveis ao recebimento de bônus, o qual tem como objetivo remunerar os resultados atingidos pelos Diretores de acordo com seu desempenho e retorno para a Companhia. O bônus compreenderá o pagamento de até 4 (quatro) salários por semestre mediante o atingimento de metas pré-definidas com base em indicadores financeiros e operacionais da Companhia, bem como relativos à adesão à cultura corporativa da Companhia.

Na presente data os membros da Diretoria Não Estatutária não fazem jus à remuneração por participações em reuniões, comissões e participações por resultados.

Benefícios Pós-Emprego

Na presente data os membros da Diretoria Não Estatutária não fazem jus a benefícios pós-emprego.

Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo

Na presente data os Diretores Não Estatutários não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

Remuneração baseada em ações

Os membros da Diretoria Não Estatutária poderão ser elegíveis à participação no plano de remuneração baseado em ações da Companhia. Para mais informações sobre o referido plano, vide o item 13.4 do Formulário de Referência.

Conselho Fiscal

Na presente data o Méliuz não possui Conselho Fiscal instalado.

No caso de instalação do Conselho Fiscal, buscaremos assegurar uma remuneração compatível com os limites definidos na legislação aplicável, garantindo-se adequada retribuição destes pelo exercício de suas funções. Os membros do nosso Conselho Fiscal receberão uma remuneração fixa, equivalente a, pelo menos, o mínimo legal estabelecido pelo art. 162, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada. Os membros do Conselho Fiscal serão, também, obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de suas funções.

Comitês de Assessoramento

Os Comitês de Assessoramento são os comitês, estatutários ou não estatutários, criados com o objetivo de auxiliar a Companhia e seus Administradores na condução das atividades em conformidade com as políticas, códigos e regimentos da Companhia, bem como da legislação e regulamentação aplicáveis, podendo ou não ser permanentes, de acordo com as necessidades da Companhia. Atualmente a Companhia possui um comitê de auditoria não estatutário, qual seja, Comitê de Auditoria, estruturado em conformidade o disposto no Regulamento do Novo Mercado da B3.

Os membros do Comitê de Auditoria, que não exercem outras funções na Companhia, são elegíveis a uma remuneração fixa mensal a ser definida pela Conselho de Administração. Adicionalmente, os membros dos Comitês serão reembolsados por eventuais despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de sua função. Os membros dos Comitês poderão ser elegíveis à participação no plano de

remuneração baseado em ações da Companhia. Para mais informações sobre o referido plano, vide o item 13.4 do Formulário de Referência.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A Companhia não contava com Conselho Fiscal instalado nos últimos três exercícios sociais, e o Conselho de Administração e Comitê de Auditoria foram instalados somente em 2020. Dessa forma, a proporção de cada elemento na remuneração total da Diretoria Estatutária e da Diretoria Não Estatutária nos últimos três exercícios sociais e do Conselho de Administração e dos Comitês no último exercício social foram as seguintes:

Proporção de cada elemento na remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2021 - Valores Anuais					
Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Diretoria Não Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa	0	79%	0	73%	100%
Remuneração Variável	0	21%	0	0	0
Benefícios Pós-Emprego	0	0	0	0	0
Cessação do Exercício do Cargo	0	0	0	0	0
Remuneração Baseada em Ações	100%	0	0	27%	0
TOTAL	100,0%	100,0%	0	100,0%	100,0%

Proporção de cada elemento na remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2020 - Valores Anuais					
Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Diretoria Não Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa	0	93,7%	0	100%	0
Remuneração Variável	0	6,3%	0	0	0
Benefícios Pós-Emprego	0	0	0	0	0
Cessação do Exercício do Cargo	0	0	0	0	0
Remuneração Baseada em Ações	0	0	0	0	0
TOTAL	100,0%	100,0%	0	100,0%	100,0%

Proporção de cada elemento na remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2019 - Valores Anuais					
Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Diretoria Não Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa	0	100,0 %	0	100,0 %	0
Remuneração Variável	0	0	0	0	0
Benefícios Pós-Emprego	0	0	0	0	0
Cessação do Exercício do Cargo	0	0	0	0	0
Remunera�o Baseada em A�oes	0	0	0	0	0
TOTAL	0	100,0 %	0	100,0 %	0

iii. metodologia de cáculo e de reajuste de cada um dos elementos da remunera o

O valor global máximo a ser pago aos nossos administradores a título de remunera o   determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remunera o global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por A oes. Cabe ao Conselho de Administra o fixar a remunera o individual dos membros do Conselho de Administra o e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, de acordo com os valores e parâmetros aprovados em Assembleia Geral.

A Companhia não conta com uma metodologia específica formalizada contemplando parâmetros financeiros pré-determinados para o cáculo e de reajuste de cada um dos elementos da remunera o da Administra o da Companhia (que não os reajustes legais em decorrência de dissídios, aplicável   Diretoria Não Estatutária), sendo tal análise realizada a cada exercício social, pelo Conselho de Administra o considerando a análise de *benchmarks* de empresas do mesmo setor da Companhia, cenário macroecon mico e condi es financeiras e patrimoniais da Companhia. A partir da análise de tais informa es, cabe ao Conselho formatar a proposta da administra o de remunera o dos administradores para fins de submissão   Assembleia Geral.

A remunera o total alvo individual dos Diretores   determinada pelo Conselho de Administra o, pautadas em referências de mercado para posi es de complexidade similar, podendo ser utilizadas na compara o empresas do mesmo setor da Companhia, de acordo com a fun o.

Cabe ao Conselho de Administra o determinar, anualmente o reajuste de honorários fixos dos membros do Conselho de Administra o, dos comitês de assessoramento e da Diretoria Estatutária. A remunera o fixa da Diretoria Não Estatutária, por sua vez,   reajustada conforme dissídio aplicável aos demais colaboradores da Companhia.

iv. razões que justificam a composi o da remunera o

Analizamos nossa performance e o desempenho de nossos administradores para manter uma remunera o compatível com as práticas de mercado, adequadas a qualidade e responsabilidades de

nossos executivos e dentro de nossas possibilidades financeiras. As razões que justificam a composição da remuneração são o incentivo na melhoria da nossa gestão e a permanência de nossos executivos, visando ganhos pelo comprometimento e ao desempenho no curto prazo.

v. membros não remunerados

Em 2021, a Companhia possuía 5 membros do Conselho de Administração que renunciaram, ao recebimento de sua remuneração fixa mensal, na qualidade de Conselheiros de Administração, uma vez que são acionistas da Companhia, bem como também Diretores Estatutários da Companhia e recebem remuneração na qualidade de membros da Diretoria da Companhia.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Para a determinação da remuneração fixa e variável dos Diretores, a Companhia utiliza estudos de mercado como referência, considerando também a meritocracia, assim como o atingimento de metas da Companhia, as quais são fixadas anualmente.

No que se refere à remuneração fixa e aos benefícios, não são levados em conta indicadores de desempenho para sua determinação. Tais elementos de remuneração estão atrelados aos cargos exercidos, e no caso específico da remuneração fixa, também é considerada a qualificação do profissional para o exercício da função.

Os principais indicadores de desempenho considerados para fixação da remuneração variável consistem em (i) indicadores financeiros, tais como, por exemplo, a receita da Companhia e EBITDA; (ii) indicadores operacionais de produtividade e de sustentabilidade, tais como, NPS, números de chamados resolvidos, por agentes, volume de vendas junto aos parceiros e geração de receitas mediante venda de espaços publicitários, a depender da esfera de competência do administrador ou atribuição do cargo de cada colaborador; e (iii) alinhamento à cultura da Companhia, sendo que tal alinhamento é avaliado de forma subjetiva por meio da verificação da aderência do administrador ou colaborador aos sete principais valores da Companhia, por meio de respostas a perguntas constantes em um formulário pré-definido pela Companhia.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho da seguinte maneira: analisamos a performance e o desempenho de nossos administradores regularmente através de uma avaliação formal de desempenho ao final de cada ano, de forma a acompanhar o atingimento das metas, de nossa Companhia e individuais, calculando o aumento da remuneração fixa base. A evolução dos indicadores relativos à remuneração variável conferida por meio de bônus, poderá ser avaliada também em bases semestrais. Para informações dos indicadores, vide o item (c) acima. Considerando a remuneração prevista para 2022 para a Diretoria Estatutária, a proporção da remuneração fixa, variável e baseada em ações na remuneração total correspondem a, respectivamente, 48,4%, 32,3% e 19,3%.

- e. **como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

A remuneração fixa e variável visa estimular, em conjunto com a remuneração baseada em ações, a melhor gestão, atratividade e retenção dos membros da Administração, buscando ganhos pelo comprometimento com os resultados de curto e médio prazo. Além disso, o plano de remuneração baseado em ações confere aos seus beneficiários a possibilidade de se tornarem acionistas da Companhia, estimulando-os a trabalhar na otimização de todos os aspectos que possam valorizar a Companhia de modo sustentável no longo prazo.

- f. **existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Não aplicável, tendo em vista que não existe remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos pelos cargos exercidos pelos Administradores na Companhia.

- g. **existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

- h. **práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria**

- i. **os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam**

Participam do processo decisório sobre remuneração a nossa Assembleia Geral e o nosso Conselho de Administração. A remuneração global dos nossos Administradores e do Conselho Fiscal (caso instalado) é fixada por meio de nossa Assembleia Geral, devendo o Conselho de Administração fixar as remunerações individuais de seus membros e dos membros da nossa Diretoria. A remuneração dos comitês de assessoramento não estatutários, como o Comitê de Auditoria, deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração. Cabe ao Conselho de Administração determinar a alocação de cada parte da remuneração, dentre as quais (i) remuneração fixa; (ii) remuneração variável; (iii) participação nos lucros; (iv) benefícios; (v) benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo; e (vi) remuneração baseada ou referenciadas em ações, conforme aplicável, levando em consideração a estrutura de remuneração de cada órgão da administração.

- ii. **critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos**

Para fixação da remuneração individual, o nosso Conselho de Administração realizará pesquisas de mercado periódicas, visando a identificação de padrões remunerativos no nosso mercado de atuação, e caso necessário, lhe é facultado contratar empresas de consultoria especializadas no tema em questão.

Como parâmetro, a remuneração fixa das Pessoas Sujeitas à Política é proporcional à responsabilidade do cargo, ao tempo dedicado às funções, à competência e reputação profissional, experiência individual e ao valor dos serviços com foco em sua perenidade e criação de valor no longo prazo. A remuneração variável, quando aplicável aos nossos Administradores, observará a regras específicas, sendo atribuída conforme resultados da Companhia e demais indicadores operacionais a serem definidos pela Companhia. Para tal, os indicadores e metas são revisados periodicamente, de modo a refletir mudanças na estratégia e planejamento de resultados da Companhia.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avaliará anualmente a adequação da prática utilizada para definição da remuneração dos membros da Administração, no tocante à sua metodologia, práticas e procedimentos adotados para tanto.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente de 31 de dezembro de 2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,67	4,67	0	12,34
Nº de membros remunerados	2,67	4,67	0	7,34
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	3.180.000	0,00	3.180.000
Benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.120.000	0,00	2.120.000
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	2.433.407	1.271.398	0,00	3.704.806
Observação	Número de membros remunerados e não remunerados calculados nos termos do Ofício Circular-Anual-2022 - CVM/SEP. Vide item 13.16 para a metodologia de cálculo.	Número de membros remunerados e não remunerados calculados nos termos do Ofício Circular-Anual-2022 - CVM/SEP. Vide item 13.16 para a metodologia de cálculo. O valor acima relativo ao bônus se refere ao valor que estimado a ser provisionado nas Demonstrações Financeiras de 2022 relativo ao bônus a ser pago em 2023 referente às metas de 2022.	A Companhia não conta com Conselho Fiscal instalado.	Não aplicável.
Total da remuneração	2.433.407	6.571.398	0,00	9.004.806

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,25	4,67	0,00	10,92
Nº de membros remunerados	1,91	4,67	0,00	6,58
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	1.819.258,00	0,00	1.819.258,00
Benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Remuneração variável				
Bônus	0,00	483.442,00	0,00	483.442,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessaçã o do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	868.080,00	0,00	0,00	868.080,00
Observação	Número de membros remunerados e não remunerados calculados nos termos do Ofício Circular CVM/SEP/Nº01/2021. Vide item 13.16 para a metodologia de cálculo.	Número de membros remunerados e não remunerados calculados nos termos do Ofício Circular CVM/SEP/Nº01/2021. Vide item 13.16 para a metodologia de cálculo. O valor acima relativo ao bônus se refere ao valor que estimado a ser provisionado nas Demonstrações Financeiras de 2021 relativo ao bônus a ser pago em 2022 referente às metas de 2021.	A Companhia não conta com Conselho Fiscal instalado.	Não aplicável.
Total da remuneração	868.080,00	2.302.700,00	0,00	3.170.780,00

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	1,66	4,00	0,00	5,66
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	1.645.070,81	0,00	1.645.070,81
Benefícios diretos e indiretos	0,00	18.172,14	0,00	18.172,14
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	124.249,08	0,00	124.249,08
Descrição de outras remunerações fixas	Não aplicável	Encargos arcados pela Companhia. INSS à parcela paga como pró-labore	Não aplicável	Não aplicável
Remuneração variável				
Bônus	0,00	120.000,00	0,00	120.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	<p>Número de membros remunerados e não remunerados calculados nos termos do Ofício Circular CVM/SEP/Nº01/2021. Vide item 13.16 para a metodologia de cálculo.</p> <p>O Conselho de Administração somente foi instalado a partir de 1º de setembro de 2020.</p>	<p>Número de membros remunerados e não remunerados calculados nos termos do Ofício Circular CVM/SEP/Nº01/2021. Vide item 13.16 para a metodologia de cálculo.</p> <p>O valor acima relativo ao bônus se refere ao valor que foi provisionado nas Demonstrações Financeiras de 2020 relativo ao bônus a ser pago em 2021 referente às metas de 2020. O valor do bônus de 2020 será pago em abril de 2021.</p>	A Companhia não conta com Conselho Fiscal instalado.	Não aplicável.
Total da remuneração	0,00	1.907.492,03	0,00	1.907.492,03

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	4,00	0,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	4.554.000,00	0,00	4.554.000,00
Benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não Aplicável	0,00	Não Aplicável	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	A Companhia não contava com Conselho de Administração em exercício.	Número de membros remunerados e não remunerados calculados nos termos do Ofício Circular CVM/SEP/Nº01/2021. Vide item 13.16 para a metodologia de cálculo.	A Companhia não possuía Conselho Fiscal instalado em tal exercício.	Não aplicável
Total da remuneração	0,00	4.554.000,00	0,00	4.554.000,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Prevista para o exercício social corrente (a ser encerrado em 31 de dezembro de 2022)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,67	4,67	0	12,34
Nº de membros remunerados	2,67	4,67	0	7,34
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	2.120.000,00	0,00	2.120.000,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	2.120.000,00	0,00	2.120.000,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2021				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,33	4,92	0,00	11,25
Nº de membros remunerados	2,00	4,92	0,00	6,92
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	1.700.000,00	0,00	1.700.000,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	1.700.000,00	0,00	1.700.000,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	1,66	4,00	0,00	5,66
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	1.132.397,54	0,00	1.132.397,54
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	1.132.397,54	0,00	1.132.397,54
Valor Efetivamente Reconhecido no Resultado do Exercício Social ⁽¹⁾	0,00	120.000,00	0,00	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Efetivamente Reconhecido no Resultado do Exercício Social	0,00	0,00	0,00	0,00

(i) O valor acima relativo ao bônus se refere ao valor que foi provisionado nas Demonstrações Financeiras de 2020 relativo ao bônus a ser pago em 2021 referente às metas de 2020. O valor do bônus de 2020 será pago em abril de 2021.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	4,00	0,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Efetivamente Reconhecido no Resultado do Exercício Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Efetivamente Reconhecido no Resultado do Exercício Social	0,00	0,00	0,00	0,00

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

(1) termos e condições gerais

Nosso Estatuto Social prevê, dentro do limite do capital autorizado, a possibilidade de outorga de opção de compra de ações a nossos administradores (incluindo os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e de Comitês da Companhia, conforme indicados e aprovados pelo próprio Conselho de Administração), colaboradores e/ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia (em conjunto, “Beneficiários”), sem que os nossos acionistas tenham direito de preferência na outorga ou subscrição destas ações, conforme previsto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações.

De forma a prever referida distribuição de opções de compra de ações aos nossos Beneficiários, os acionistas da Companhia aprovaram o Plano de Opções de Compra de Ações na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de setembro de 2020, conforme retificado e consolidado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 5 de outubro de 2020 e na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2021 (“Plano de Opções”).

As ações efetivamente subscritas/adquiridas em razão do exercício de opções nos termos do Plano de Opções manterão todos os direitos pertinentes a sua espécie, de acordo com a legislação aplicável e o Estatuto Social vigente da Companhia.

A administração do Plano de Opções compete ao nosso Conselho de Administração, o qual terá poderes para tomar as medidas necessárias e adequadas para a implantação e gerência do Plano de Opções, desde que obedecidas as condições gerais do Plano de Opções, do Estatuto Social vigente da Companhia e da legislação aplicável.

De acordo com o Plano de Opções, o Conselho de Administração determinará periodicamente, dentre outras condições, (i) os Beneficiários, (ii) as metas de desempenho para os departamentos, setores ou operações da Companhia, as quais não deverão ser atreladas individualmente a um respectivo Beneficiário, (iii) a quantidade de Opções a serem outorgadas a cada um dos Beneficiários e/ou grupos específicos de Beneficiários, (iv) o preço de exercício e (v) os termos e condições dos contratos de opção de compra de ações a serem celebrados pela Companhia e cada um dos Beneficiários (os “Contratos de Opção”). O Conselho de Administração poderá estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato de Opção, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia entre os Beneficiários. O Conselho de Administração poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das opções, sempre que verificadas situações que, nos termos da legislação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos Beneficiários e/ou prejudique a Companhia.

Nenhuma decisão do Conselho de Administração poderá, no entanto, aumentar o limite de ações a serem outorgadas aos Beneficiários ou, sem o consentimento prévio do Beneficiário, alterar ou prejudicar quaisquer obrigações ou direitos definidos em qualquer Contrato de Opção.

O Plano de Opções entrou em vigor em 1º de setembro de 2020, e poderá permanecer vigente por até 6 (seis) anos, observado o prazo máximo de exercício previsto em cada Contrato de Opção.

(2) principais objetivos do plano

Nosso Plano de Opções tem por objetivo permitir que a Companhia, após verificadas as condições expressamente determinadas pelo Conselho de Administração, possa: (a) atrair, incentivar, reter e motivar talentos; (b) alinhar os interesses de determinados beneficiários com o sucesso das atividades da Companhia e o retorno aos seus acionistas, motivando-os, assim, a contribuírem substancialmente para o sucesso e progresso da Companhia; (iii) compartilhar riscos e ganhos de suas atividades com certos Beneficiários; e (iv) conceder incentivos de longo prazo para certos Beneficiários visando a estratégia de continuidade dos negócios da Companhia.

(3) forma como o plano contribui para esses objetivos

Uma vez que o Plano de Opções possibilita aos Beneficiários se tornarem acionistas da Companhia em condições diferenciadas, espera-se que estes Beneficiários se sintam incentivados em promover a criação de valor para a Companhia a longo prazo e de forma sustentável e exerçam suas funções de forma alinhada aos interesses dos acionistas da Companhia bem como aos objetivos sociais e de estratégias de crescimento para a Companhia.

(4) como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

O Plano de Opções se insere na política de remuneração da Companhia, na medida que tal política busca, além de retribuição justa e reflexa do desempenho, a alavancagem de resultados para a Companhia e a recompensa para os seus executivos.

(5) como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

O Plano de Opções traz mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos Beneficiários em diferentes horizontes de tempo (curto, médio e longo prazo). O Beneficiário tem como incentivo, desde o curto prazo até o longo prazo, o exercício do direito de adquirir ações de nossa emissão a preço inferior que o potencial valor de mercado de nossas ações, fazendo com que o Beneficiário atue constantemente em prol da criação de valor sustentável para Companhia e nossos acionistas, nos diferentes horizontes de tempo (curto, médio e longo prazo).

(6) número máximo de ações abrangidas

As opções outorgadas nos termos do Plano de Opções poderão conferir direitos de subscrição/aquisição sobre ações representativas de até 2,5% (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento) do capital social total da Companhia na data de definição do preço por ação da oferta pública da oferta de ações da Companhia (qual seja, 3 de novembro de 2020). O número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas no termo do Plano de Opções deve observar o limite do capital autorizado da Companhia e

quantidade de ações mantidas em tesouraria. Cada opção dará o direito ao Beneficiário, de subscrição/aquisição de 1 ação ordinária de emissão da Companhia.

(7) número máximo de opções a serem outorgadas

As opções outorgadas nos termos do Plano de Opções poderão conferir direitos de subscrição/aquisição sobre ações representativas de até 2,5% (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento) do capital social total da Companhia na data de definição do preço por ação da oferta pública da oferta de ações da Companhia (qual seja, 3 de novembro de 2020). Considerando que cada opção dará o direito ao Beneficiário, de subscrição/aquisição de 1 ação ordinária de emissão da Companhia, o número máximo de opções a serem outorgadas deverá respeitar o limite acima.

(8) condições de aquisição de ações

A outorga de opções no âmbito do Plano de Opções será formalizada por meio da celebração de um Contrato de Opção entre a Companhia e cada um dos Beneficiários, nos termos e condições a serem aprovados pelo nosso Conselho de Administração de acordo com o previsto no Plano de Opções. Os Contratos de Opção deverão prever, necessariamente, (a) a quantidade de opções objeto da outorga; (b) os prazos e condições de pagamento, bem como as condições para aquisição do direito ao exercício das opções; e (c) o prazo final para exercício das opções.

(9) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício por ação será definido pelo Conselho de Administração quando da outorga de cada Opção e será pago pelos Beneficiários à vista, em moeda corrente nacional, mediante transferência de fundos imediatamente disponíveis para a conta corrente a ser estipulada pela Companhia no respectivo Contrato de Opção.

(10) critérios para fixação de prazo de exercício

Deverão ser observados, para o exercício das opções, os respectivos Períodos de *Vesting* abaixo e o prazo máximo de exercício de 2 (dois) ou de 6 (seis) anos, em ambos os casos contados a partir da assinatura de cada um dos Contratos de Opção, conforme vier a ser definido pelo Conselho de Administração da Companhia (qualquer um, o “Prazo Máximo de Exercício”), total ou parcialmente.

As opções poderão ser exercidas nos dias 1º (primeiro) do mês de janeiro e/ou 1º do mês de julho de cada ano, exceto se de outra forma for estabelecido nos Contratos de Opção e/ou nos Programas (“Datas de Exercício”). Caso as Datas de Exercício não sejam dias úteis, o Beneficiário poderá exercer a(s) opção(ões) no primeiro dia útil imediatamente subsequente.

Em qualquer caso, o exercício de qualquer opção outorgada somente poderá ocorrer até o prazo máximo para exercício definido em cada Contrato de Opção. Eventuais parcelas de opções não exercidas caducarão automaticamente, sem que seja devida qualquer indenização pela Companhia aos

Beneficiários.

Exceto se expressamente previsto de outra forma nos Contratos de Opção e observado o previsto no parágrafo abaixo, as opções outorgadas aos Beneficiários serão exercidas após devidamente apurados e verificados os seguintes períodos, nas seguintes proporções (“Períodos de Vesting”): (i) até 30% das opções tornar-se-ão disponíveis e poderão ser exercidas nas Datas de Exercício, a partir do 3º (terceiro) ano decorrido após a data de assinatura de cada um dos Contratos de Opção, respeitado o Prazo Máximo de Exercício; (ii) até 30% das opções tornar-se-ão disponíveis a partir do 4º (quarto) ano decorrido após a data de assinatura de cada um dos Contratos de Opção, respeitado o Prazo Máximo de Exercício; (iii) os 40% remanescentes das opções tornar-se-ão disponíveis e poderão ser exercidas, no todo ou em parte, a partir do 5º (quinto) ano contado da data da assinatura de cada um dos Contratos de Opção, respeitado o Prazo Máximo de Exercício.

Não obstante os períodos acima, o Conselho de Administração da Companhia é autorizado a outorgar opções a Beneficiários que ocupem cargos no Conselho de Administração e/ou em Comitês Estatutários da Companhia, cujo exercício de até 100% (cem por cento) das opções poderá ocorrer após verificado e apurado Período de *Vesting* equivalente a 18 (dezoito) meses contados do Contrato de Opção, respeitado o Prazo Máximo de Exercício.

(11) forma de liquidação

Com o propósito de satisfazer o exercício de opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano de Opções, podemos, a critério do Conselho de Administração: (i) emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado; e/ou (ii) alienar ações mantidas em tesouraria, restrições à transferência das ações. As opções outorgadas nos termos do Plano de Opções são pessoais e intransferíveis, não podendo o Beneficiário, em hipótese alguma, ceder, transferir ou de qualquer forma alienar a quaisquer terceiros as opções, nem os direitos e obrigações a elas inerentes, salvo nas hipóteses de sucessão aplicáveis ou se previsto de outra forma no Plano de Opções e/ou no respectivo Contrato de Opção.

O Conselho de Administração poderá subordinar o exercício das opções a determinadas condições, bem como impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação dessas mesmas ações pelo Beneficiário.

(12) Restrições à transferência de ações

Atualmente as Opções outorgadas nos termos do plano de opções da Companhia são intransferíveis pelos beneficiários do plano, exceto no caso de sucessão. Está em pauta para deliberação em assembleia geral da Companhia convocada para acontecer no dia 06/04/2022 a inclusão de uma nova exceção à intransferibilidade das opções, de forma a permitir a cessão pelos beneficiários para pessoas jurídicas nas quais o próprio beneficiário original seja titular de 100% do capital social.

Uma vez exercida a opção e adquiridas as ações no âmbito do plano, tais ações não estão sujeitas a qualquer outra restrição de transferência.

A assembleia geral de acionistas da Companhia, em 23 de dezembro de 2021, aprovou seu Plano de Outorga de Ações Restritas (“Plano de Ações Restritas”) com o objetivo de atrair, incentivar, reter e motivar talentos; alinhar os interesses de determinados beneficiários com o sucesso das atividades da Companhia e o retorno aos seus acionistas, motivando-os, assim, a contribuir substancialmente para o sucesso e progresso da Companhia; compartilhar riscos e ganhos de suas atividades com certos Beneficiários; e conceder incentivos de longo prazo para certos Beneficiários visando à estratégia de continuidade dos negócios da Companhia.

As ações abrangidas pelo Plano de Ações Restritas não poderão ser negociadas pelo seu beneficiário ao menos por 12 (doze) meses após ao seu recebimento, exceto se o conselho de administração aprovar a redução de tal prazo para até 6 (seis) meses. As ações

Em janeiro de 2022, foram outorgadas ao Conselheiro Marcos de Barros Lisboa 208.442 (duzentos e oito mil quatrocentos e quarenta e duas) no âmbito do Plano de Ações Restritas. Tais ações estão sujeitas a lock-up de 24 (vinte e quatro) meses a contar da posse do beneficiário (ou seja, a partir de 26/08/2021).

(13) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração da Companhia poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das opções, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei e/ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos Beneficiários e/ou prejudique a Companhia.

Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no Plano de Opções e/ou no Contrato de Opção, as opções outorgadas nos termos do Plano de Opções e que estejam válidas, extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos:

- a) mediante exercício integral nos respectivos Períodos de *Vesting*;
- b) após decurso do respectivo prazo de vigência do exercício das opções, a ser definido em cada Contrato de Opção, sem que o Beneficiário tenha exercido tais opções;
- c) mediante distrato do respectivo Contrato de Opção por suas partes e/ou de acordo com seus respectivos termos;
- d) nas hipóteses de desligamento do Beneficiário previstas no Plano de Opções e/ou no Contrato de Opção (conforme descritos na letra “n” deste item 13.4);
- e) por comum acordo entre o Conselho de Administração da Companhia e o Beneficiário;
- f) caso a Companhia seja dissolvida, liquidada, tiver sua falência decretada e/ou, ainda, pedido de recuperação (judicial e/ou extrajudicial) solenemente formulado; e/ou, ainda
- g) por qualquer outra hipótese especificamente prevista no respectivo Contrato de Opção de cada Beneficiário, caso aplicável.

(14) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Desligamento. Na hipótese de desligamento do Beneficiário por justa causa nos termos da legislação vigente, todas as opções exercíveis e ainda não exercidas ou que ainda não tiverem completado seus Períodos de *Vesting* na data de seu desligamento, de acordo com o respectivo Contrato de Opção, ficarão automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento.

Na hipótese de desligamento do Beneficiário, de forma voluntária pelo próprio Beneficiário ou por meio de demissão do Beneficiário pela Companhia sem justa causa, então: (i) as opções que já tenham completado seus Períodos de *Vesting* e ainda não tenham sido exercidas na data do desligamento, de acordo com o respectivo Contrato de Opção, poderão ser exercidas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data do desligamento, sendo que após o referido prazo, tais direitos, se não exercidos, ficarão automaticamente extintos de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento; e (ii) as opções que ainda não tiverem completado seus Períodos de *Vesting* na data do desligamento ficarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento.

Licença Não-Remunerada por Invalidez. Durante uma licença não-remunerada do Beneficiário em razão de gozo de benefício previdenciário por invalidez, nos termos da legislação aplicável, os prazos dos Períodos de *Vesting* ainda não transcorridos ficarão suspensos pelo correspondente período da licença legal, e as opções exercíveis e ainda não exercidas poderão ser exercidas nos termos do Plano de Opções e do Contrato de Opção.

Caso as autoridades previdenciárias venham a declarar que a invalidez para o trabalho ou que os problemas de saúde são irreversíveis, todas as opções tornar-se-ão imediatamente exercíveis, podendo ser exercidas pelo Beneficiário ou seus responsáveis legais pelo prazo de até 12 (doze) meses a contar da declaração oficial de invalidez.

Aposentadoria. No caso da aposentadoria do Beneficiário: (a) as opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data de início de sua aposentadoria, ficarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento; e (b) as opções já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data de início de sua aposentadoria, poderão ser exercidas, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de início de sua aposentadoria, após tal prazo, as opções, se não exercidas, automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento.

Licença Não-Remunerada Voluntária. Caso o Beneficiário exerça uma licença não remunerada voluntária, desde que autorizada pela Companhia, pelo período de até 2 (dois) anos (“Licença Não-Remunerada Voluntária”), as opções exercíveis ou não exercíveis não serão extintas. Após esse período, caso o Beneficiário: (a) retorne ao seu cargo, todos os termos e condições do respectivo Contrato de Opção

continuarão vigentes e aplicáveis, sendo que os Períodos de *Vesting* e Prazo Máximo de Exercício serão prorrogados automaticamente pelo prazo correspondente ao período da Licença Não-Remunerada Voluntária; ou (b) não retorne ao seu cargo, as opções, se não exercidas, ficarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento.

Falecimento. Diante do falecimento do Beneficiário, continuarão vigentes e aplicáveis, podendo ser exercidas, no todo ou em parte, por seu espólio, seus sucessores, e/ou herdeiros, nos termos do respectivo Contrato de Opção.

Alienação de Controle: Caso, durante o período de vigência do Plano de Opções e do respectivo Contrato de Opção, os acionistas controladores da Companhia alienem, direta ou indiretamente, por meio de uma única operação ou de operações sucessivas, um número de ações que implique na alteração do controle da Companhia, nos termos do Estatuto Social da Companhia, das normas da B3, do Novo Mercado e da CVM, as opções exercíveis e ainda não exercidas ou que ainda não tiverem completado seus respectivos Períodos de *Vesting* na data da alteração do controle serão liberadas para serem exercidas, no todo ou em parte, pelos Beneficiários.

Reestruturação Societária com Extinção da Companhia. Em caso de reestruturação societária que resulte na extinção da Companhia, a Companhia deverá fazer com que a sua sociedade sucessora antecipe os Períodos de *Vesting*, de forma que todas as opções cujos Períodos de *Vesting* ainda não tenham sido completados sejam acelerados, devendo o ônus do pagamento do valor final relacionado a tais opções ser assumido pela Companhia e/ou por sua sucessora legal, conforme aplicável.

Reestruturação Societária com Sobrevivência da Companhia. Nos casos de cisão parcial, ou seja, sem extinção da pessoa cindida, incorporação ou transformação envolvendo a Companhia, bem como no caso de incorporação de ações, em que a Companhia seja a sociedade sobrevivente, não haverá qualquer alteração ao Plano de Opções ou ao respectivo Contrato de Opção.

Dissolução/Liquidação. Caso a Companhia venha a se tornar sujeita a dissolução/liquidação, os Períodos de *Vesting* serão automaticamente antecipados e os Beneficiários terão 30 (trinta) dias contados da deliberação da dissolução/liquidação para exercerem todas as suas opções, incluindo aquelas exercíveis e ainda não exercidas, e participarem da dissolução/liquidação, sendo certo que, após o término do referido prazo de 30 (trinta) dias e independentemente de prévia comunicação expressa neste sentido pela Companhia ao Beneficiário, tal direito estará automaticamente extinto e todas as opções não exercidas serão automaticamente canceladas.

O Plano de Opções prevê que o Conselho de Administração poderá, sempre que julgar que os interesses sociais serão melhor atendidos por tal medida, deixar de observar as regras estipuladas para a saída do administrador da companhia e estipular condições específicas adicionais no caso de desligamento de determinados beneficiários ou ocorrência de quaisquer eventos extraordinários, podendo conferir tratamento diferenciado a determinado beneficiário ou situação.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2022):

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,67	4,67
Nº de membros remunerados	2,67	4,67
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) das opções em aberto no início do exercício social	Não aplicável	Não aplicável
(b) das opções perdidas durante o exercício social	Não aplicável	Não aplicável
(c) das opções exercidas durante o exercício social	Não aplicável	Não aplicável
(d) das opções expiradas durante o exercício social	Não aplicável	Não aplicável
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,03% (considerando opções abaixo destacadas ainda não outorgadas)	0,02% (com base na outorga realizada em 2021 conforme abaixo descrita)

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6,25	4,67
Nº de membros remunerados	1,91	4,67
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) das opções em aberto no início do exercício social	-	-
(b) das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) das opções exercidas durante o exercício social	R\$ 3,93	-
(d) das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,03%	0,02%

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	0	0
Nº de membros remunerados	0	0
Preço médio ponderado de exercício:	0	0
(a) das opções em aberto no início do exercício social	0	0
(b) das opções perdidas durante o exercício social	0	0
(c) das opções exercidas durante o exercício social	0	0
(d) das opções expiradas durante o exercício social	0	0
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0	0

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	0	0
Nº de membros remunerados	0	0
Preço médio ponderado de exercício:	0	0
(a) das opções em aberto no início do exercício social	0	0
(b) das opções perdidas durante o exercício social	0	0
(c) das opções exercidas durante o exercício social	0	0
(d) das opções expiradas durante o exercício social	0	0
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0	0

Para cada outorga que é reconhecida no resultado dos 3 (três) últimos exercícios sociais e do exercício social corrente:

2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Outorga de opções de compras de ações	370.684	455.989
Data de outorga	01/03/2022	01/02/2022
Quantidade de opções outorgadas	370.684	455.989
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	06/09/2023	30/08/2025
Prazo de restrição à transferência das ações	Não se aplica	Não se aplica
Valor justo das opções na data de outorga	R\$2,36	R\$ 2,90
2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Outorga de opções de compras de ações	36.000	30.000
Data de outorga	03/05/2021	25/02/2021
Quantidade de opções outorgadas	36.000	30.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	08/11/2022	25/08/2024
Prazo de restrição à transferência das ações	Não se aplica	Não se aplica
Valor justo das opções na data de outorga	R\$ 6,06	R\$ 4,48
2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Outorga de opções de compras de ações	0,00	0,00
Data de outorga	0,00	0,00
Quantidade de opções outorgadas	0,00	0,00
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	0,00	0,00
Prazo de restrição à transferência das ações	0,00	0,00
Valor justo das opções na data de outorga	0,00	0,00
2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Outorga de opções de compras de ações	0,00	0,00
Data de outorga	0,00	0,00
Quantidade de opções outorgadas	0,00	0,00
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	0,00	0,00
Prazo de restrição à transferência das ações	0,00	0,00
Valor justo das opções na data de outorga	0,00	0,00

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

A Companhia aprovou um Plano de Opções de Compra de Ações na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º setembro de 2020, o qual foi aditado em 5 de outubro de 2020 e em 30 de abril de 2021 e que não contava com opções em aberto/ outorgadas no exercício social de 2020.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia aprovou um Plano de Opções de Compra de Ações mediante Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º setembro de 2020, o qual foi aditado em 5 de outubro de 2020 e em 30 de abril de 2021. Não foram outorgadas opções no âmbito do referido Plano nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Em maio de 2021 foram outorgadas aos Conselheiros Bernardo Francisco Pereira Gomes e Bruno Chamas Alves 18.000 (dezoito mil) opções de compra de ações ordinárias para cada um no âmbito do Plano de Opções de Compra de Ações.

Ao longo do exercício de 2021 foram entregues 12.000 (doze mil) Ações ao Conselheiro Bernardo Francisco Pereira Gomes, calculada de forma proporcional ao tempo que permaneceu no exercício de suas funções na Companhia.

A assembleia geral de acionistas da Companhia, em 23 de dezembro de 2021, aprovou seu Plano de Outorga de Ações Restritas (“Plano de Ações Restritas”) com o objetivo de atrair, incentivar, reter e motivar talentos; alinhar os interesses de determinados beneficiários com o sucesso das atividades da Companhia e o retorno aos seus acionistas, motivando-os, assim, a contribuir substancialmente para o sucesso e progresso da Companhia; compartilhar riscos e ganhos de suas atividades com certos Beneficiários; e conceder incentivos de longo prazo para certos Beneficiários visando à estratégia de continuidade dos negócios da Companhia.

A administração do Plano de Ações Restritas cabe ao Conselho de Administração da Companhia. O total de ações abrangidas pelo Plano de Ações Restritas é limitado a total de 2,5% (dois e meio por cento) do capital social da Companhia na data de aprovação do Plano.

As ações abrangidas pelo Plano de Ações Restritas não poderão ser negociadas pelo seu beneficiário por ao menos 24 (vinte e quatro) meses após o seu recebimento, exceto se o conselho de administração aprovar a redução de tal prazo para até 6 (seis) meses.

Não foram entregues quaisquer ações no âmbito do Plano de Ações Restritas ao longo do exercício de 2021.

Em janeiro de 2022, foram outorgadas ao Conselheiro Marcos de Barros Lisboa 208.442 (duzentos e oito mil quatrocentos e quarenta e duas) no âmbito do Plano de Ações Restritas. Tais ações estão sujeitas a lock-up de 24 (vinte e quatro) meses a contar da posse do beneficiário (ou seja, a partir de 26/08/2021).

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

- **modelo de precificação**

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo Binomial de precificação de opções.

- **dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco**

No âmbito do Plano, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a outorga de opções aos colaboradores e administradores da Companhia. O valor justo de cada opção concedida é estimado na data de concessão usando o modelo Binomial de precificação de opções. As premissas consideradas para os cálculos de 25/02/2021, 03/05/2021, 17/05/2021, 07/06/2021, 19/07/2021, 30/07/2021, 02/08/2021, 08/09/2021, 20/09/2021, 11/10/2021, 18/10/2021, 01/11/2021, 08/11/2021, 06/12/2021, 20/12/2021, 22/12/2021, 23/12/2021, 17/01/2022 e 01/02/2022 são apresentadas na tabela a seguir:

Premissas	25/02/2021	03/05/2021	03/05/2021	17/05/2021	07/06/2021	19/07/2021	30/07/2021	02/08/2021	08/09/2021	20/09/2021
Data da outorga										
Total de opções de compra concedido	1.784.730	372.000	9.066	179.430	16.452	19.710	185.178	29.070	384.616	44.844
Preço de exercício	R\$0,002									
Volatilidade anual estimada	81,45%	93,22%	93,22%	93,78%	94,90%	72,07%	83,25%	74,15%	76,93%	76,93%
Dividendo esperado sobre as ações	0,14%	0,14%	0,14%	0,14%	0,14%	0,14%	0,14%	0,14%	0,14%	0,14%
Taxa de juros livre de risco média ponderada	7,13%	6,07%	7,97%	8,27%	7,96%	10,36%	8,79%	12,20%	10,60%	10,60%
Maturidade máxima	6 anos	3 anos	6 anos							
Valor justo na data da concessão	R\$4,48	R\$6,06	R\$6,03	R\$5,53	R\$6,03	R\$10,06	R\$11,22	R\$ 19,68	R\$ 3,21	R\$ 3,21

Premissas	11/10/2021	18/10/2021	01/11/2021	08/11/2021	06/12/2021	20/12/2021	22/12/2021	23/12/2021	17/01/2022	01/02/2022
Data da outorga										
Total de opções de compra concedido	22.348	437.249	299.357	55.710	976.167	21.450	37.617	25.327	583.658	1.237.761
Preço de exercício	R\$0,002									
Volatilidade anual estimada	76,93%	76,93%	76,93%	76,93%	76,93%	76,93%	76,93%	76,93%	71%	71%
Dividendo esperado sobre as ações	0,14%	0,14%	0,14%	0,14%	0,14%	0,14%	0,14%	0,14%	0,14%	0,14%
Taxa de juros livre de risco média ponderada	10,60%	10,60%	10,60%	10,60%	10,60%	10,60%	10,60%	10,60%	11,34%	11,22%
Maturidade máxima	6 anos									
Valor justo na data da concessão	R\$ 3,21	R\$ 2,36	R\$ 2,36							

Em 25/02/2021, houve, originalmente, a outorga de 305.728, a qual foi rerratificada posteriormente, em 07/06/2021, para 297.455 opções.

- **método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado**

Não foram considerados efeitos de exercício antecipado da opção no modelo de precificação de opções.

- **forma de determinação da volatilidade esperada**

Como não há um histórico suficientemente grande de pregões da Companhia, optou-se por utilizar empresas consideradas “comparáveis” para o cálculo da volatilidade esperada das ações da Companhia. Mais especificamente foi utilizado a média dos desvios padrão dos logaritmos naturais das variações diárias históricas do preço das ações de emissão dos *peers* Locaweb (LWSA3) e Banco Inter (BID11) desde a abertura do capital de cada uma das companhias, até a data da outorga das opções.

- **se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

Ao longo do período de carência, o participante não faz jus aos dividendos distribuídos ao acionista. Dessa forma, o valor justo da opção deve descontar a previsão de dividendos a serem distribuídos ao longo do período de carência. Partindo da premissa de que a Companhia distribuirá 25% dos lucros obtidos, estimamos que o *Dividend Yield* é de 0,14%a.a., para todas as outorgas, o que foi considerado no cálculo do valor justo.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis detidas por administradores e conselheiros fiscais – por órgão

- Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:

Ações emitidas pela Companhia

Data-Base 31/12/2021	Ações Ordinárias
Conselho de Administração	249.205.998
Diretoria Estatutária	372.000
Conselho Fiscal	0

⁽¹⁾ As ações detidas por Diretores Estatutários que também são membros do Conselho de Administração foram contabilizadas na linha relativa ao Conselho de Administração.

- Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelos controladores diretos e indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum da Companhia, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:

Não aplicável, uma vez que não há ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelos controladores diretos e indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum da Companhia, por membros do conselho de administração ou da diretoria estatutária.

13.10 - Informações sobre planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, tendo em vista que não há planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração e/ou aos diretores estatutários.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária			Conselho Fiscal		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Nº total de membros	6,25	1,66	0,00	4,67	4,00	4,00	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	1,91	0,00	0,00	4,67	4,00	4,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração (Reais)	577.440	0,00	0,00	857.710	603.133,70	2.438.979,72	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração (Reais)	290.640	0,00	0,00	365.170	358.708,90	263.796,48	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração (Reais)	434.040	0,00	0,00	575.675	450.496,03	1.138.500,00	0,00	0,00	0,00

Observação	Diretoria Estatutária
31/12/2021	<p>O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente.</p> <p>O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício.</p> <p>Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante 12 meses do exercício social. A maior remuneração acima destacada inclui todos os elementos que compõem a remuneração do executivo.</p>
31/12/2020	<p>O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente.</p> <p>O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício.</p> <p>Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante 12 meses do exercício social. A maior remuneração acima destacada inclui todos os elementos que compõem a remuneração do executivo.</p>
31/12/2019	<p>O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente.</p> <p>O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício.</p> <p>Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante 12 meses do exercício social. A maior remuneração acima destacada inclui todos os elementos que compõem a remuneração do executivo.</p>
	Conselho de Administração
31/12/2021	<p>O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente.</p> <p>O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício.</p> <p>Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do</p>

	exercício social.
31/12/2020	<p>O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente.</p> <p>O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício.</p> <p>Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social.</p>
31/12/2019	A Companhia não possuía Conselho de Administração.
	Conselho Fiscal
31/12/2021	A Companhia não possuía Conselho Fiscal.
31/12/2020	A Companhia não possuía Conselho Fiscal.
31/12/2019	A Companhia não possuía Conselho Fiscal.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não firmamos com os membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários quaisquer arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estructurem mecanismos de remuneração ou indenização em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

Para detalhes relativos a apólices de seguros envolvendo o pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores da Companhia, ver o item 12.11 do Formulário de Referência da Companhia.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Órgão	2021	2020	2019
Conselho de Administração	0,00	0,00%	0,00%
Diretoria Estatutária	100,0	100,0%	50,0%
Conselho Fiscal	0,00%	0,00%	0,00%

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não houve, em relação aos 3 últimos exercícios sociais, valores reconhecidos no nosso resultado como remuneração de membros do nosso Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não aplicável, visto que nenhuma remuneração de administradores ou membros do conselho fiscal da Companhia é reconhecida no resultado dos controladores, diretos ou indiretos, das sociedades sob controle comum e das controladas da Companhia.

13.16 - Outras informações relevantes

Apresentamos abaixo, para os três últimos exercícios sociais e para o exercício social corrente, as memórias de cálculo do:

- (a) Número de membros total de cada órgão apresentado no quadro 13.2, correspondente à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais;
- (b) Número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais serão ou foram (conforme aplicável) atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício.

(i) NÚMERO DE MEMBROS TOTAL

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2021

MÊS	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
Janeiro de 2021	4	5	0,00
Fevereiro de 2021	4	5	0,00
Março de 2021	5	5	0,00
Abril de 2021	5	5	0,00
Mai de 2021	5	7	0,00
Junho de 2021	5	7	0,00
Julho de 2021	5	7	0,00
Agosto de 2021	5	7	0,00
Setembro de 2021	5	6	0,00
Outubro de 2021	5	7	0,00
Novembro de 2021	4	7	0,00
Dezembro de 2021	4	7	0,00
Média	4,67	6,25	0,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

MÊS	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
Janeiro de 2020	4,00	0,00	0,00
Fevereiro de 2020	4,00	0,00	0,00
Março de 2020	4,00	0,00	0,00
Abril de 2020	4,00	0,00	0,00
Maio de 2020	4,00	0,00	0,00
Junho de 2020	4,00	0,00	0,00
Julho de 2020	4,00	0,00	0,00
Agosto de 2020	4,00	0,00	0,00
Setembro de 2020	4,00	5,00	0,00
Outubro de 2020	4,00	5,00	0,00
Novembro de 2020	4,00	5,00	0,00
Dezembro de 2020	4,00	5,00	0,00
Média	4,00	1,66	0,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

MÊS	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
Janeiro de 2019	4,00	0,00	0,00
Fevereiro de 2019	4,00	0,00	0,00
Março de 2019	4,00	0,00	0,00
Abril de 2019	4,00	0,00	0,00
Maio de 2019	4,00	0,00	0,00
Junho de 2019	4,00	0,00	0,00
Julho de 2019	4,00	0,00	0,00
Agosto de 2019	4,00	0,00	0,00
Setembro de 2019	4,00	0,00	0,00
Outubro de 2019	4,00	0,00	0,00
Novembro de 2019	4,00	0,00	0,00
Dezembro de 2019	4,00	0,00	0,00
Média	4,00	0,00	0,00

(i) NÚMERO DE MEMBROS REMUNERADOS

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2021

MÊS	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
Janeiro de 2021	4	2,00	0,00
Fevereiro de 2021	4	2,00	0,00
Março de 2021	5	2,00	0,00
Abril de 2021	5	2,00	0,00
Maio de 2021	5	2,00	0,00
Junho de 2021	5	2,00	0,00
Julho de 2021	5	2,00	0,00
Agosto de 2021	5	2,00	0,00
Setembro de 2021	5	1,00	0,00
Outubro de 2021	5	2,00	0,00
Novembro de 2021	4	2,00	0,00
Dezembro de 2021	4	2,00	0,00
Média	4,67	1,91	0,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

MÊS	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
Janeiro de 2020	4,00	0,00	0,00
Fevereiro de 2020	4,00	0,00	0,00
Março de 2020	4,00	0,00	0,00
Abril de 2020	4,00	0,00	0,00
Maio de 2020	4,00	0,00	0,00
Junho de 2020	4,00	0,00	0,00
Julho de 2020	4,00	0,00	0,00
Agosto de 2020	4,00	0,00	0,00
Setembro de 2020	4,00	0,00	0,00
Outubro de 2020	4,00	0,00	0,00
Novembro de 2020	4,00	0,00	0,00
Dezembro de 2020	4,00	0,00	0,00
Média	4,00	0,00	0,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

MÊS	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
Janeiro de 2019	4,00	0,00	0,00
Fevereiro de 2019	4,00	0,00	0,00
Março de 2019	4,00	0,00	0,00
Abril de 2019	4,00	0,00	0,00
Mai de 2019	4,00	0,00	0,00
Junho de 2019	4,00	0,00	0,00
Julho de 2019	4,00	0,00	0,00
Agosto de 2019	4,00	0,00	0,00
Setembro de 2019	4,00	0,00	0,00
Outubro de 2019	4,00	0,00	0,00
Novembro de 2019	4,00	0,00	0,00
Dezembro de 2019	4,00	0,00	0,00
Média	4,00	0,00	0,00

ANEXO III

Informações sobre os candidatos a membros do Conselho de Administração – conforme Item 12 do Formulário de Referência, nos termos da Instrução CVM 480

Composição e Experiência Profissional

Nome	Camilla Linnéa Jin Ah Giesecke
Data de Nascimento	18/07/1980
Profissão	Diretora de Expansão no Klarna Bank AB
CPF/ME	N/A
Cargo a ser ocupado	Membro efetivo do Conselho de Administração
Data da eleição	29/04/2022
Data da posse	29/04/2022
Prazo do Mandato	1º de setembro de 2022
Outros cargos ou funções exercidas na Méliuz	N/A
Indicado/Eleito pelo controlador	Sim
É membro independente	Sim
Número de Mandatos consecutivos	N/A

CAMILLA LINNÉA JIN AH GIESECKE

A Sra. Camilla Giesecke é mestre em contabilidade e finanças pela Stockholm School of Economics. Além disso, a Sra. Camilla Giesecke é membro do conselho de administração do BHG Group (líder de consumer e-commerce nos países nórdicos) e foi membro do conselho de administração do Nordic Corporate Bank ASA. Atualmente no Klarna, ela foi Chief Financial Officer e hoje ocupa a posição de Chief Expansion Officer. O Klarna é um banco de varejo líder global em pagamentos e serviços de compras. A fintech sueca é mais conhecida no Reino Unido e Estados Unidos por seu serviço de buy now pay later, mas oferece uma gama mais completa de produtos em outros mercados e na Suécia já é um banco completo e regulamentado.

A Sra. Camilla Linnéa Jin Ah Giesecke declarou não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Sra. Camilla declarou ainda não ser considerado pessoa exposta politicamente, conforme regulamentação aplicável.

Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Item não aplicável à candidata tendo em vista ser a primeira eleição como membro do Conselho de Administração.

Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração

Item não aplicável à candidata tendo em vista ser a primeira eleição como membro do Conselho de Administração.

Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Item não aplicável à candidata tendo em vista ser a primeira eleição como membro do Conselho de Administração.

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores da Companhia, controladas e controladores

A Sra. Camilla Linnéa Jin Ah Giesecke declarou para todos os fins de direito, que inexistente relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre ela e (a) os administradores da Companhia; (b) os administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia; (c) controladores diretos ou indiretos da Companhia; e (d) os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

A Sra. Camilla Linnéa Jin Ah Giesecke declarou, para todos os fins de direito, que inexistente relação de subordinação, prestação de serviço ou controle, mantidas nos 3 (três) últimos exercícios sociais, entre ela e (a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia, com exceção daquelas em que a Companhia detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; (b) os controladores, diretos ou indiretos, da Companhia; ou (c) fornecedores, clientes, devedores ou credores relevantes da Companhia, de suas controladas ou de suas controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

ANEXO IV

MODELO DE PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO

Por este instrumento de Procuração, [ACIONISTA], [QUALIFICAÇÃO], ("Outorgante"), neste ato nomeia e constitui como procurador:

[NOME], [QUALIFICAÇÃO], residente e domiciliado na cidade de [=], Estado [=], com endereço na Rua [=], nº [=], Bairro [=], CEP [=], na cidade de [=], Estado [=];

Outorgando-lhe poderes específicos para, comparecer, examinar, discutir e votar em nome do Outorgante, nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Méliuz S.A. ("Companhia"), sociedade anônima aberta, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 14.110.585/0001-07, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida do Contorno, nº 6594, Sala 701, Bairro Savassi, CEP 30110-044, a serem realizadas em primeira convocação no dia 29 de abril de 2022, às 11:00 horas, de forma exclusivamente digital, ou em segunda convocação, em data e horário a serem definidos, em conformidade com as orientações estabelecidas abaixo, acerca das seguintes matérias constantes da ordem do dia:

(i) Em Assembleia Ordinária:

i - Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021:

A instrução de voto é para que o OUTORGADO vote:

- A FAVOR
- CONTRA
- ABSTENÇÃO

ii - Deliberar acerca da proposta de destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021:

A Companhia apurou prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, no valor total de R\$37.808,00. Assim o prejuízo apurado deve ser absorvido em parte, no valor de R\$3.405,00, pelas reservas de lucros da Companhia, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 189 da Lei 6.404/76, e que o restante, no valor de R\$34.403,00, deve ser registrado na conta de Prejuízos Acumulados.

A instrução de voto é para que o OUTORGADO vote:

- A FAVOR
- CONTRA
- ABSTENÇÃO

iii - **Fixar a remuneração global dos administradores para o exercício social de 2022 no valor de até R\$9.004.806,00.**

A instrução de voto é para que o OUTORGADO vote:

- A FAVOR
- CONTRA
- ABSTENÇÃO

(ii) Em Assembleia Extraordinária:

i - **Deliberar sobre o aumento do número de membros que atualmente compõem o Conselho de Administração da Companhia, de 7 (sete) membros para 8 (oito) membros:**

A instrução de voto é para que o OUTORGADO vote:

- A FAVOR
- CONTRA
- ABSTENÇÃO

ii - **Eleger 1 (um) membro para o Conselho de Administração da Companhia, por prazo de mandato unificado ao dos demais membros do Conselho de Administração:**

A instrução de voto é para que o OUTORGADO vote:

- A FAVOR
- CONTRA
- ABSTENÇÃO

Para os fins da outorga deste mandato, o procurador terá poderes limitados ao comparecimento à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária agendada para o dia 29 de abril de 2022 quer em 1ª ou em 2ª Convocação (neste caso, em data e horário a serem definidos, conforme necessário), e ao lançamento de voto em conformidade com as orientações de voto acima manifestadas, não tendo direito nem obrigação de tomar quaisquer outras medidas que não sejam necessárias ao cumprimento deste mandato. O procurador fica autorizado a se abster em qualquer deliberação ou assunto para o qual não tenha recebido, a seu critério, orientações de voto suficientemente específicas. O presente instrumento de mandato tem prazo de validade de 3 (três) meses, a partir da presente data.

[local], [dia] de [mês] de 2022.

[INSERIR NOME DO OUTORGANTE]